

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	16
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	62
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	64
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	65
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	66
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	3.840
Preferenciais	3.840
Total	7.680
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	375.478	400.173
1.01	Ativo Circulante	61.546	62.231
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	610	579
1.01.01.01	Caixa e Bancos	610	579
1.01.02	Aplicações Financeiras	42.103	44.129
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	25.246	26.619
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	25.070	26.443
1.01.02.01.04	Outros	176	176
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	16.857	17.510
1.01.02.02.01	Títulos Disponíveis para Venda	16.857	17.510
1.01.03	Créditos das Operações	14.861	14.356
1.01.03.01	Seguros e Resseguros	14.861	14.356
1.01.03.01.01	Prêmios a Receber	0	33
1.01.03.01.02	Operações com Seguradoras	229	295
1.01.03.01.03	Operações com Resseguradoras	3.425	3.097
1.01.03.01.04	Outros Créditos Operacionais	2.540	2.447
1.01.03.01.05	Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas	8.667	8.484
1.01.04	Títulos e Créditos a Receber	2.655	3.061
1.01.04.01	Títulos e Créditos a Receber	914	877
1.01.04.02	Direitos Resultantes da Venda de Imóveis	450	600
1.01.04.03	Créditos Tributários e Previdenciários	1.258	1.576
1.01.04.04	Outros Créditos	33	8
1.01.05	Outros Valores e Bens	49	49
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.268	57
1.02	Ativo Não Circulante	313.932	337.942
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	181.814	186.672
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	39.640	45.120
1.02.01.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	39.640	45.120
1.02.01.04	Crédito das Operações	57.447	57.117
1.02.01.04.01	Operações com Resseguradoras	101	101
1.02.01.04.02	Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas	57.346	57.016
1.02.01.05	Títulos e Créditos a Receber	84.727	84.435
1.02.01.05.01	Créditos Tributários e Previdenciários	4.050	4.034
1.02.01.05.02	Depósitos Judiciais e Fiscais	80.677	80.401
1.02.02	Investimentos	127.097	146.636
1.02.02.01	Participações Societárias	110.377	129.953
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas no País	100.004	119.771
1.02.02.01.04	Participações em Controladas no Exterior	9.906	9.714
1.02.02.01.07	Outros Investimentos	467	468
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	16.720	16.683
1.02.02.02.01	Imóveis Urbanos não Destinados a Uso Próprio	16.720	16.683
1.02.03	Imobilizado	4.597	4.634
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.597	4.634
1.02.03.01.01	Imóveis de Uso Próprio	4.192	4.251

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1.02.03.01.02	Bens Móveis	345	323
1.02.03.01.03	Outras Imobilizações	60	60
1.02.04	Intangível	424	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	375.478	400.173
2.01	Passivo Circulante	33.556	32.959
2.01.01	Contas a Pagar	18.729	18.571
2.01.01.01	Obrigações a Pagar	16.289	15.723
2.01.01.02	Impostos e Encargos Sociais a Receber	241	539
2.01.01.03	Encargos Trabalhistas	418	399
2.01.01.04	Impostos e Contribuições	1.781	1.910
2.01.02	Débitos de Operações	234	67
2.01.02.01	Seguros e Resseguros	234	67
2.01.02.01.02	Operações com Resseguradoras	229	64
2.01.02.01.03	Corretores de Seguros e Resseguros	2	3
2.01.02.01.05	Outros Débitos Operacionais	3	0
2.01.03	Depósitos de Terceiros	22	61
2.01.04	Provisões Técnicas	14.571	14.260
2.01.04.01	Seguros e Resseguros	14.571	14.260
2.01.04.01.02	Provisão de Sinistros a Liquidar	14.571	14.260
2.02	Passivo Não Circulante	168.240	168.298
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	168.240	168.298
2.02.01.01	Contas a Pagar	4.130	4.064
2.02.01.01.01	Tributos Diferidos	4.130	4.064
2.02.01.02	Débitos das Operações	1.557	1.718
2.02.01.03	Provisões Técnicas	86.819	86.957
2.02.01.03.01	Seguros e Resseguros	86.819	86.957
2.02.01.04	Outros Passivos	75.734	75.559
2.02.01.04.01	Provisões Judiciais	75.734	75.559
2.03	Patrimônio Líquido	173.682	198.916
2.03.01	Capital Social Realizado	100.000	100.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação	8.373	8.431
2.03.03.01	Ativos Próprios	7.140	7.198
2.03.03.02	Controladas/Coligadas	1.233	1.233
2.03.04	Reservas de Lucros	73.794	74.971
2.03.04.01	Reserva Legal	20.000	20.000
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	20.043	20.043
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	33.751	33.751
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	1.177
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	3.581	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-12.066	15.514

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
3.01	Receitas das Operações	664	1.133
3.01.01	Operações de Seguros	664	1.133
3.01.01.01	Prêmios de Seguros Ganhos	165	174
3.01.01.02	Outras Receitas de Seguros	499	959
3.02	Sinistros e Despesas das Operações	854	80
3.02.01	Operações de Seguros	1.492	1.714
3.02.01.01	Sinistros Retidos de Seguros	1.813	1.870
3.02.01.02	Despesas de Comercialização de Seguros	-9	-10
3.02.01.03	Outras Despesas de Seguros	-312	-146
3.02.02	Operações de Resseguros	-638	-1.634
3.02.02.03	Outras Despesas de Resseguros	-638	-1.634
3.03	Resultado Bruto	1.518	1.213
3.04	Despesas Administrativas	-4.131	-4.789
3.04.05	Despesas com Tributos	-146	-246
3.04.08	Outras Despesas Administrativas	-3.985	-4.543
3.05	Outras Receitas e Despesas Operacionais	-341	-189
3.05.01	Receitas com Imóveis de Renda	277	331
3.05.02	Despesas com Imóveis Destinados à Renda / Venda	-618	-593
3.05.03	Outros Investimentos	0	73
3.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	7.228	7.159
3.06.01	Receitas de Equivalência Patrimonial	7.351	7.159
3.06.02	Despesas de Equivalência Patrimonial	-123	0
3.07	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	4.274	3.394
3.08	Resultado Financeiro	-808	-849
3.08.01	Receitas Financeiras	392	1.048
3.08.02	Despesas Financeiras	-1.200	-1.897
3.09	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.466	2.545
3.10	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	57	608
3.10.01	Corrente	57	608
3.11	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.523	3.153
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	3.523	3.153
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,43688	0,39088
3.99.01.02	PN	0,48056	0,42996

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	3.523	3.153
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-27.522	-11.219
4.02.01	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	-955	-8.653
4.02.02	Efeitos Tributários do Ajuste ao Valor de Mercado	267	2.551
4.02.03	Ajuste de Conversão de Investimento Societário no Exterior	315	1.030
4.02.04	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda - Investidas	-27.119	-5.930
4.02.05	Realização de Reserva de Reavaliação (Líquida de Tributos)	58	71
4.02.06	Efeito Tributário do Ajuste de Conversão de Investimento Societário no Exterior	-88	-288
4.03	Resultado Abrangente do Período	-23.999	-8.066

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	460	-136
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-2.744	-3.196
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	3.523	3.153
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	152	165
6.01.01.03	Resultado de Equivalência Patrimonial	-7.228	-7.159
6.01.01.06	Despesas com Juros de Aplicações Financeiras	88	183
6.01.01.07	Despesas com Atualização Monetária de Provisões Judiciais e Outros	175	117
6.01.01.08	Receita com Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	-174	-384
6.01.01.09	Receita com Créditos Fiscais e Previdenciários	-15	-8
6.01.01.10	Despesas com Atualização Monetária e Juros de Provisões Técnicas	735	737
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	3.204	-2.311
6.01.02.01	Ativos Financeiros	6.463	-2.022
6.01.02.02	Créditos das Operações de Seguros e Resseguros	-322	735
6.01.02.03	Ativos de Resseguros	961	3.235
6.01.02.04	Créditos Fiscais e Previdenciários	319	13
6.01.02.05	Depósitos Judiciais e Fiscais	-102	322
6.01.02.06	Despesas Antecipadas	-1.211	-807
6.01.02.07	Outros Ativos	-62	2.394
6.01.02.08	Impostos e Contribuições	-159	-3.440
6.01.02.09	Fornecedores e Outras Contas a Pagar	-589	-914
6.01.02.10	Débitos Operacionais com Seguros e Resseguros	-5	-148
6.01.02.11	Depósitos de Terceiros	-39	-44
6.01.02.12	Provisões Técnicas - Seguros e Resseguros	-2.037	-4.403
6.01.02.13	Provisões Judiciais	10	244
6.01.02.14	Outros Passivos	-23	2.524
6.01.03	Outros	0	5.371
6.01.03.01	Recebimentos de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	0	5.371
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-426	-141
6.02.01	Pagamento pela Compra e Ativo Permanente - Investimento	-106	-55
6.02.02	Pagamento pela Compra de Ativo Permanente - Imobilizado	-46	-86
6.02.03	Pagamento pela Compra de Permanente - Intangível	-424	0
6.02.04	Recebimento pela Venda de Permanente - Investimento	150	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3	0
6.03.01	Pagamento de Dividendos	-3	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	31	-277
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	579	1.710
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	610	1.433

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	100.000	8.431	74.971	0	15.514	198.916
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	100.000	8.431	74.971	0	15.514	198.916
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.177	0	0	-1.177
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.177	0	0	-1.177
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.523	-27.580	-24.057
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.523	0	3.523
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-27.580	-27.580
5.05.02.06	Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	0	0	0	0	-955	-955
5.05.02.07	Efeitos Tributários do Ajuste ao Valor de Mercado	0	0	0	0	267	267
5.05.02.08	Ajuste de Conversão de Investimentos Societário no Exterior	0	0	0	0	227	227
5.05.02.09	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda - Investidas	0	0	0	0	-27.119	-27.119
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-58	0	58	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-58	0	58	0	0
5.07	Saldos Finais	100.000	8.373	73.794	3.581	-12.066	173.682

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	100.000	10.676	53.979	0	17.803	182.458
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	100.000	10.676	53.979	0	17.803	182.458
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-20.479	0	0	-20.479
5.04.06	Dividendos	0	0	-20.479	0	0	-20.479
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.153	-11.290	-8.137
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.153	0	3.153
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-11.290	-11.290
5.05.02.06	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	0	0	0	0	-8.653	-8.653
5.05.02.07	Efeitos Tributários do Ajuste ao Valor de Mercado	0	0	0	0	2.551	2.551
5.05.02.08	Ajuste de Conversão de Investimentos Societário no Exterior	0	0	0	0	742	742
5.05.02.09	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda - Investidas	0	0	0	0	-5.930	-5.930
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-83	0	71	0	-12
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-71	0	71	0	0
5.06.04	Ajuste Provisão	0	-12	0	0	0	-12
5.07	Saldos Finais	100.000	10.593	33.500	3.224	6.513	153.830

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
7.01	Receitas	524	1.180
7.01.01	Receitas com Operações de Seguros	165	174
7.01.04	Outras	499	959
7.01.05	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-140	47
7.03	Receita Operacional Líquida	524	1.180
7.04	Benefícios e Sinistros	1.801	3.550
7.04.01	Sinistros	1.771	3.581
7.04.02	Var Prov Sinistro Ocorrido (Não Avisado)	30	-31
7.05	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.354	-2.359
7.05.01	Materiais, Energia e Outros	-1.701	-2.108
7.05.02	Serviços Terceiros - Comissões Líquidas	-653	-251
7.06	Valor Adicionado Bruto	-29	2.371
7.07	Retenções	-152	-165
7.07.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-152	-165
7.08	Valor Adicionado Líquido Produzido	-181	2.206
7.09	VI Adic Recebido/Cedido em Transferência	7.271	5.297
7.09.01	Receitas Financeiras	392	1.048
7.09.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	7.228	7.159
7.09.03	Resultado Operações Resseguros Cedidos	-638	-1.634
7.09.04	Resultado Operações Cosseguros Cedidos	12	-1.680
7.09.05	Outros	277	404
7.10	Valor Adicionado Total a Distribuir	7.090	7.503
7.11	Distribuição do Valor Adicionado	7.090	7.503
7.11.01	Pessoal	1.755	2.322
7.11.01.01	Remuneração Direta	1.219	1.131
7.11.01.02	Benefícios	480	639
7.11.01.03	F.G.T.S.	56	552
7.11.02	Impostos, Taxas e Contribuições	580	98
7.11.02.01	Federais	342	-66
7.11.02.02	Estaduais	0	10
7.11.02.03	Municipais	238	154
7.11.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.232	1.930
7.11.03.01	Juros	1.200	1.897
7.11.03.02	Aluguéis	32	33
7.11.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.523	3.153
7.11.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.523	3.153

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	377.167	401.983
1.01	Ativo Circulante	73.141	73.755
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.211	1.257
1.01.01.01	Caixa e Bancos	1.211	1.257
1.01.02	Aplicações Financeiras	52.989	54.782
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	36.132	37.272
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	35.956	37.096
1.01.02.01.04	Outros	176	176
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	16.857	17.510
1.01.02.02.01	Títulos Disponíveis para Venda	16.857	17.510
1.01.03	Créditos das Operações	14.861	14.356
1.01.03.01	Seguros e Resseguros	14.861	14.356
1.01.03.01.01	Prêmios a Recber	0	33
1.01.03.01.02	Operações com Seguradoras	229	295
1.01.03.01.03	Operações com resseguradoras	3.425	3.097
1.01.03.01.04	Outros Créditos Operacionais	2.540	2.447
1.01.03.01.05	Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas	8.667	8.484
1.01.04	Títulos e Créditos a Receber	2.763	3.254
1.01.04.01	Títulos e Créditos a Receber	914	877
1.01.04.02	Direitos Resultantes da Venda de Imóveis	450	600
1.01.04.03	Créditos Tributários e Previdenciários	1.366	1.769
1.01.04.04	Outros Créditos	33	8
1.01.05	Outros Valores e Bens	49	49
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.268	57
1.02	Ativo Não Circulante	304.026	328.228
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	181.814	186.672
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	39.640	45.120
1.02.01.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	39.640	45.120
1.02.01.04	Créditos das Operações	57.447	57.117
1.02.01.04.01	Operações com Resseguradoras	101	101
1.02.01.04.02	Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas	57.346	57.016
1.02.01.05	Títulos e Créditos a Receber	84.727	84.435
1.02.01.05.01	Créditos Tributários e Previdenciários	4.050	4.034
1.02.01.05.02	Depósitos Judiciais e Fiscais	80.677	80.401
1.02.02	Investimentos	117.191	136.922
1.02.02.01	Participações Societárias	100.471	120.239
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas no País	100.004	119.771
1.02.02.01.07	Outros Investimentos	467	468
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	16.720	16.683
1.02.02.02.01	Imóveis Urbanos não Destinados a Uso Próprio	16.720	16.683
1.02.03	Imobilizado	4.597	4.634
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.597	4.634
1.02.03.01.01	Imóveis de Uso Próprio	4.192	4.251
1.02.03.01.02	Bens Móveis de Uso Próprio	345	323

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1.02.03.01.03	Outras Imobilizações	60	60
1.02.04	Intangível	424	0
1.02.04.01	Intangíveis	424	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	377.167	401.983
2.01	Passivo Circulante	33.603	32.998
2.01.01	Contas a Pagar	18.776	18.610
2.01.01.01	Obrigações a Pagar	16.289	15.723
2.01.01.02	Impostos e Encargos Sociais a Recolher	288	578
2.01.01.03	Encargos Trabalhistas	418	399
2.01.01.04	Impostos e Contribuições	1.781	1.910
2.01.02	Débitos de Operações	234	67
2.01.02.01	Seguros e Resseguros	234	67
2.01.02.01.02	Operações com Resseguradoras	229	64
2.01.02.01.03	Corretores de Seguros e Resseguros	2	3
2.01.02.01.05	Outros Débitos Operacionais	3	0
2.01.03	Depósitos de Terceiros	22	61
2.01.04	Provisões Técnicas	14.571	14.260
2.01.04.01	Seguros e Resseguros	14.571	14.260
2.01.04.01.02	Provisões de Sinistros a Liquidar	14.571	14.260
2.02	Passivo Não Circulante	169.882	170.069
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	169.882	170.069
2.02.01.01	Contas a Pagar	5.772	5.835
2.02.01.01.01	Tributos Diferidos	4.130	4.064
2.02.01.01.02	Obrigações a Pagar	1.642	1.771
2.02.01.02	Débitos das Operações	1.557	1.718
2.02.01.03	Provisões Técnicas	86.819	86.957
2.02.01.03.01	Seguros e Resseguros	86.819	86.957
2.02.01.04	Outros Passivos	75.734	75.559
2.02.01.04.01	Provisões Judiciais	75.734	75.559
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	173.682	198.916
2.03.01	Capital Social Realizado	100.000	100.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação	8.373	8.431
2.03.03.01	Ativos Próprios	7.140	7.198
2.03.03.02	Controladas/Coligadas	1.233	1.233
2.03.04	Reservas de Lucros	73.794	74.971
2.03.04.01	Reserva Legal	20.000	20.000
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	20.043	20.043
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	33.751	33.751
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	1.177
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	3.581	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-12.066	15.514

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
3.01	Receitas das Operações	664	1.133
3.01.01	Operações de Seguros	664	1.133
3.01.01.01	Prêmios de Seguros Ganhos	165	174
3.01.01.02	Outras Receitas de Seguros	499	959
3.02	Sinistros e Despesas das Operações	854	82
3.02.01	Operações de Seguros	1.492	1.716
3.02.01.01	Sinistros Retidos de Seguros	1.813	1.870
3.02.01.02	Despesas de Comercialização de Seguros	-9	-8
3.02.01.03	Outras Despesas de Seguros	-312	-146
3.02.02	Operações de Resseguros	-638	-1.634
3.02.02.03	Outras Despesas de Resseguros	-638	-1.634
3.03	Resultado Bruto	1.518	1.215
3.04	Despesas Administrativas	-4.197	-4.866
3.04.05	Despesas com Tributos	-212	-324
3.04.08	Outras Despesas Administrativas	-3.985	-4.542
3.05	Outras Receitas e Despesas Operacionais	-341	-189
3.05.01	Receitas com Imóveis de Renda	277	331
3.05.02	Despesas com Imóveis destinados à Renda / Venda	-618	-593
3.05.03	Outros Investimentos	0	73
3.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	7.351	5.520
3.06.01	Receitas de Equivalência Patrimonial	7.351	5.520
3.07	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	4.331	1.680
3.08	Resultado Financeiro	-865	865
3.08.01	Receitas Financeiras	976	3.444
3.08.02	Despesas Financeiras	-1.841	-2.579
3.09	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.466	2.545
3.10	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	57	608
3.10.01	Corrente	57	608
3.11	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.523	3.153
3.13	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	3.523	3.153
3.13.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	3.523	3.153
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,43688	0,70920
3.99.01.02	PN	0,48056	0,78012

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	3.523	3.153
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-27.522	-11.219
4.02.01	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	-955	-8.653
4.02.02	Efeitos Tributários do Ajuste ao Valor de Mercado	267	2.551
4.02.03	Ajuste de Conversão de Investimento Societário no Exterior	315	1.030
4.02.04	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda - Investidas	-27.119	-5.930
4.02.05	Realização da Reserva de Reavaliação (Líquida de Tributos)	58	71
4.02.06	Efeito Tributário do Ajuste de Conversão de Investimento Societário no Exterior	-88	-288
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-23.999	-8.066
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-23.999	-8.066

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	383	-454
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-2.867	-1.557
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	3.523	3.153
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	152	165
6.01.01.03	Resultado da Equivalência Patrimonial	-7.351	-5.520
6.01.01.06	Despesas com Juros de Aplicações Financeiras	88	183
6.01.01.07	Despesas com Atualização Monetária de Provisões Judiciais e Outros	175	117
6.01.01.08	Receita com Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	-174	-384
6.01.01.09	Receita com Créditos Fiscais e Previdenciários	-15	-8
6.01.01.10	Despesas com Atualização Monetária e Juros de Provisões Técnicas	735	737
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	3.250	-4.268
6.01.02.01	Ativos Financeiros	6.231	-5.307
6.01.02.02	Créditos das Operações de Seguros e Resseguros	-322	738
6.01.02.03	Ativos de Resseguros	961	3.235
6.01.02.04	Créditos Fiscais e Previdenciários	403	36
6.01.02.05	Depósitos Judiciais e Fiscais	-102	322
6.01.02.06	Despesas Antecipadas	-1.211	-807
6.01.02.07	Outros Ativos	-62	2.375
6.01.02.08	Impostos e Contribuições	-150	-3.373
6.01.02.09	Fornecedores e Outras Contas a Pagar	-719	-642
6.01.02.10	Débitos Operacionais com seguros e Resseguros	-5	-196
6.01.02.11	Depósitos de Terceiros	-39	-44
6.01.02.12	Provisões Técnicas - Seguros e Resseguros	-2.037	-4.403
6.01.02.13	Provisões Judiciais	10	244
6.01.02.14	Outros Passivos	-23	2.524
6.01.02.15	Ajuste Oscilação Cambial	315	1.030
6.01.03	Outros	0	5.371
6.01.03.01	Recebimentos de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	0	5.371
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-426	-141
6.02.01	Pagamento pela Compra de Ativo Permanente - Investimento	-106	-55
6.02.02	Pagamento pela Compra de Ativo Permanente - Imobilizado	-46	-86
6.02.03	Pagamento pela Compra de Ativo Permanente - Intangível	-424	0
6.02.04	Recebimento pela Venda de Ativo Permanente - Intangível	150	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3	0
6.03.01	Dividendos Pagos	-3	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-46	-595
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.257	2.429
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.211	1.834

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	100.000	8.431	74.971	0	15.514	198.916	0	198.916
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	100.000	8.431	74.971	0	15.514	198.916	0	198.916
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.177	0	0	-1.177	0	-1.177
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.177	0	0	-1.177	0	-1.177
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.523	-27.580	-24.057	0	-24.057
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.523	0	3.523	0	3.523
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-27.580	-27.580	0	-27.580
5.05.02.06	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	0	0	0	0	-955	-955	0	-955
5.05.02.07	Efeitos Tributários do Ajuste ao Valor de Mercado	0	0	0	0	267	267	0	267
5.05.02.08	Ajuste de Conversão de Investimentos Societário no Exterior	0	0	0	0	227	227	0	227
5.05.02.09	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda - Investidas	0	0	0	0	-27.119	-27.119	0	-27.119
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-58	0	58	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-58	0	58	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	100.000	8.373	73.794	3.581	-12.066	173.682	0	173.682

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	100.000	10.676	53.979	0	17.803	182.458	0	182.458
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	100.000	10.676	53.979	0	17.803	182.458	0	182.458
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-20.479	0	0	-20.479	0	-20.479
5.04.06	Dividendos	0	0	-20.479	0	0	-20.479	0	-20.479
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.153	-11.290	-8.137	0	-8.137
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.153	0	3.153	0	3.153
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-11.290	-11.290	0	-11.290
5.05.02.06	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	0	0	0	0	-8.653	-8.653	0	-8.653
5.05.02.07	Efeitos Tributários do Ajuste ao Valor de Mercado	0	0	0	0	2.551	2.551	0	2.551
5.05.02.08	Ajuste de Conversão de Investimentos Societário no Exterior	0	0	0	0	742	742	0	742
5.05.02.09	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda - Investidas	0	0	0	0	-5.930	-5.930	0	-5.930
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-83	0	71	0	-12	0	-12
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-71	0	71	0	0	0	0
5.06.04	Ajuste Provisão	0	-12	0	0	0	-12	0	-12
5.07	Saldos Finais	100.000	10.593	33.500	3.224	6.513	153.830	0	153.830

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
7.01	Receitas	524	1.180
7.01.01	Receitas com Operações de Seguros	165	174
7.01.04	Outras	499	959
7.01.05	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-140	47
7.03	Receita Operacional Líquida	524	1.180
7.04	Benefícios e Sinistros	1.801	3.550
7.04.01	Sinistros	1.771	3.581
7.04.02	Var Prov Sinistro Ocorrido (Não Avisado)	30	-31
7.05	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.354	-2.356
7.05.01	Materiais, Energia e Outros	-1.701	-2.107
7.05.02	Serviços Terceiros - Comissões Líquidas	-653	-249
7.06	Valor Adicionado Bruto	-29	2.374
7.07	Retenções	-152	-165
7.07.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-152	-165
7.08	Valor Adicionado Líquido Produzido	-181	2.209
7.09	VI Adic Recebido/Cedido em Transferência	7.978	6.054
7.09.01	Receitas Financeiras	976	3.444
7.09.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	7.351	5.520
7.09.03	Resultado Operações Resseguros Cédidos	-638	-1.634
7.09.04	Resultado Operações Cosseguros Cédidos	12	-1.680
7.09.05	Outros	277	404
7.10	Valor Adicionado Total a Distribuir	7.797	8.263
7.11	Distribuição do Valor Adicionado	7.797	8.263
7.11.01	Pessoal	1.755	2.322
7.11.01.01	Remuneração Direta	1.219	1.131
7.11.01.02	Benefícios	480	639
7.11.01.03	F.G.T.S.	56	552
7.11.02	Impostos, Taxas e Contribuições	646	176
7.11.02.01	Federais	408	12
7.11.02.02	Estaduais	0	10
7.11.02.03	Municipais	238	154
7.11.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.873	2.612
7.11.03.01	Juros	1.841	2.579
7.11.03.02	Aluguéis	32	33
7.11.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.523	3.153
7.11.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.523	3.153

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o valor patrimonial das ações).

1. Os prêmios ganhos de janeiro a março de 2021 atingiram o valor de R\$ 165 contra R\$ 174 no mesmo período do ano anterior;
2. Os efeitos de sinistros no período de janeiro a março de 2021 corresponderam a uma reversão de R\$ 1.175 enquanto no mesmo período findo em 31/03/2020 a reversão foi de R\$ 236.
3. A receita oriunda da recepção e regulação dos sinistros do Consórcio DPVAT no período de janeiro a março de 2021 atingiu o valor de R\$ 493 (R\$ 495, no mesmo período anterior). No trimestre findo em 31 de março de 2020 a Companhia auferiu do Consórcio DPVAT a receita de R\$ 147 correspondente ao seu percentual sobre a margem informada pela Seguradora Líder.
4. O lucro líquido do primeiro trimestre de 2021 foi de 3.523 contra um lucro de R\$ 3.153 no mesmo período do ano anterior.
5. O resultado do período findo em 31 de março de 2021 foi impactado pelo ganho de equivalência patrimonial no valor de R\$ 7.228 (R\$ 7.159, no período findo em 31/03/2020), conforme demonstrado na nota explicativa nº 8.1 e pela baixa remuneração das aplicações financeiras no valor de perda líquida de R\$ 6 (no mesmo período do ano anterior, R\$ 73), em decorrência da COVID 19, registrando-se grande desvantagem com a atualização das provisões técnicas que atingiu o valor de R\$ 735 (no mesmo período do ano anterior, R\$ 736).
6. As principais informações referentes aos ramos operados pela Companhia, nos períodos findos em 31 de março de 2021 e de 2020, refletiram-se no resultado conforme demonstrado na nota explicativa nº 19.
7. A Companhia continua adequando os custos administrativos às necessidades operacionais, reduzindo em R\$ 280 as despesas administrativas no período de janeiro a março de 2021 comparado com o mesmo período do ano anterior, excluindo as verbas não recorrentes, e continua monitorando as despesas com imóveis do grupo resultado patrimonial, conforme nota 21.
8. O valor patrimonial das ações da Companhia em 31 de março de 2021 situou-se em R\$ 22,61 por ação (25,90, em 31/12/2020).

Notas Explicativas

COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA

Notas explicativas da Administração às informações intermediárias em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 para as contas patrimoniais e em 31 de março de 2021 e 31 de março de 2020 para as demais demonstrações
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto a quantidade de ações)

1. Contexto operacional

A Companhia de Seguros Aliança da Bahia (“Companhia”), constituída em 1870, tem por objetivo social as operações nos segmentos de seguros de pessoas e de danos, estando atualmente operando com os ramos de acidentes pessoais coletivo e vida em grupo, tendo participado do Consórcio DPVAT até dezembro de 2020.

A partir de janeiro 2021, em atendimento a resolução CNSP nº 388, de 8 de setembro de 2020, a Companhia está enquadrada no segmento 3/S3, para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial.

Conforme a resolução do CNSP nº 399, de 29 de dezembro de 2020, a partir de janeiro de 2021 a seguradora líder do consórcio DVAT será responsável pela gestão do seguro DPVAT referente exclusivamente aos sinistros ocorridos até dezembro de 2020 (*run-off*), das provisões técnicas e dos ativos garantidores.

A Companhia, além da matriz em Salvador, opera com a sucursal em São Paulo, bem como através de uma subsidiária integral no Uruguai denominada Companhia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A. (em processo de liquidação voluntária).

Dentre as atividades realizadas pela Companhia, figuram a participação na Brasilcap Capitalização S.A. (referência no mercado de capitalização) e outras conforme nota explicativa nº 8.1, bem como investimentos em operações imobiliárias.

▪ COVID 19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global, o que desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, gerando um grau de incerteza para os agentes econômicos.

A Companhia atenta as notícias dos casos da COVID-19 pelo mundo e em alinhamento com as recomendações das autoridades de saúde nacionais e internacionais, vem adotando medidas preventivas como forma de preservar a segurança, a saúde e o bem-estar dos colaboradores, parceiros, clientes e terceiros.

Os colaboradores estão desempenhando suas funções em regime intermitente por meio de acesso remoto, realizando as rotinas de trabalho presencial, respeitando todos os protocolos exigidos por lei, e em home office. Todos os canais de relacionamento com clientes e beneficiários seguem funcionando, sendo garantido o atendimento em nossa Matriz e Sucursal de São Paulo.

Notas Explicativas

Até o momento, a Companhia não enfrentou dificuldades e não há expectativa de restrições operacionais futuras na regulação de possíveis sinistros, uma vez que opera com um número restrito de Estipulantes, e apenas nas Carteiras de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivo. A Companhia informa que houve impactos na sua carteira de investimento com a desvalorização da Bolsa de Valores, das demais aplicações financeiras e a queda de juros, relacionados a crise no país.

2. Apresentação das informações intermediárias

As práticas contábeis adotadas pela Companhia para o registro das operações e elaboração das informações intermediárias individuais estão em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovados pelo órgão regulador (SUSEP), e estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído para as Entidades Abertas de Previdência Complementar, Sociedades de Capitalização, Sociedades Seguradoras e Resseguradores Locais.

As informações intermediárias consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Por não haver diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e o da controladora, as informações intermediárias estão sendo apresentadas em um único conjunto.

A autorização para emissão das informações intermediárias em 31 de março de 2021 foi concedida pela Diretoria da Companhia em 17 de maio de 2021.

As informações intermediárias de 31 de março de 2021 foram analisadas pelo Conselho de Administração em 17 de maio de 2021.

Base de elaboração

As informações intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A moeda funcional e de apresentação é o real (R\$), sendo os valores das informações intermediárias individuais e consolidadas expressas em milhares de reais.

3. Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e considera os seguintes principais aspectos:

Notas Explicativas

▪ Prêmios e comissões;

Os prêmios e comissões são apropriados ao resultado pela emissão das respectivas apólices, deduzidos dos cancelamentos e restituições e diferidos de acordo com o prazo de vigência das apólices, quando aplicável.

▪ Retrocessões.

O resultado de retrocessões, decorrente de indenizações e provisões técnicas, é apropriado trimestralmente, com base nos valores informados pelo IRB - Brasil Resseguros S.A., atualizados monetariamente, quando aplicável. Os valores de retrocessões correspondem às transações residuais de participação obrigatória, não estando a Companhia operando pelas condições facultativas.

b) Ativo circulante e realizável a longo prazo (não circulante)

i. Instrumentos Financeiros - Classificação e mensuração (nota explicativa nº 4)

▪ Títulos para negociação - valor justo por meio do resultado (nota explicativa nº 4);

Representam títulos e valores mobiliários não derivativos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são reconhecidos ao valor justo, mensalmente, na demonstração do resultado.

▪ Títulos mantidos até o vencimento - valor justo por meio do resultado (nota explicativa nº 4);

Representam títulos e valores mobiliários não derivativos para os quais existem intenção e capacidade financeira para mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelos respectivos custos de aquisição, imputando-se os ganhos ou perdas com base na cotação de mercado, cujos efeitos são contabilizados no resultado.

▪ Títulos disponíveis para venda - valor justo por meio de outros resultados abrangentes (nota explicativa nº 4);

Representam títulos e valores mobiliários não derivativos que não se enquadram nas outras categorias. São ajustados ao valor de mercado, computando-se as valorizações ou desvalorizações em contrapartida à conta “ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido, com seu respectivo efeito tributário. Quando da alienação dos títulos procede-se à baixa dos ganhos ou perdas para o resultado.

▪ Empréstimos e recebíveis

Representam ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos, quando

Notas Explicativas

aplicável, menos perda por redução ao valor recuperável. Nesta categoria se encontram os prêmios de seguro a receber, os sinistros pagos a recuperar, aluguéis e outros créditos operacionais (representados substancialmente por operações com a Caixa Econômica Federal- SFH), bem como direitos resultantes da venda de imóveis.

A redução ao valor recuperável dos créditos de realização duvidosa é constituída tomando por base os valores vencidos há mais de 60 dias para os saldos de prêmios a receber; os valores a recuperar do IRB - Brasil Resseguros S/A referentes aos sinistros pagos há mais de 180 dias, avaliados após a remessa de cobrança; e para os demais créditos é reconhecida a redução, quando aplicável, no montante suficiente para suportar a perda esperada.

A Companhia não praticou ajustes a valor presente sobre estes itens por não serem aplicáveis.

ii. Demais itens

Os demais itens classificados no ativo circulante e no realizável a longo prazo (não circulante) são demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais incorridos.

A redução ao valor recuperável dos demais créditos de realização duvidosa é reconhecida em base suficiente para suportar a perda esperada, quando aplicável.

Nos ativos circulante e não circulante, na rubrica “ativos de resseguros - provisões técnicas”, está considerada a parte do ressegurador no montante das provisões de sinistros a liquidar e de despesas relacionadas - PDR.

As participações do ressegurador nas demais provisões técnicas estão consideradas na mesma rubrica do ativo circulante.

A Companhia não praticou ajustes a valor presente sobre estes itens por não serem aplicáveis.

c) Investimentos

As participações societárias em controlada, coligada e investida sob controle comum são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, para fins das informações intermediárias individuais. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio das investidas, a investidora reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os demais investimentos, representados por outras participações societárias, são contabilizados pelo custo de aquisição, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

Neste grupo estão classificados, também, os imóveis urbanos não destinados ao uso próprio, aplicando-se o método de custo deduzido de depreciações e perdas considerando a última reavaliação, em 2006.

Um item do grupo de investimentos é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu custo ou venda.

Notas Explicativas

A composição detalhada do grupo de investimentos consta da nota explicativa nº 8.

d) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição/formação, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas por redução ao valor recuperável, exceto quanto aos imóveis (terrenos e edificações) que foram reavaliados a preços de mercado em dezembro de 2006.

A Companhia verifica no final de cada exercício a necessidade de reconhecer perda para redução ao valor recuperável (*impairment*) dos itens do ativo imobilizado, bem como as taxas de depreciação.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu custo ou venda.

A composição detalhada do imobilizado consta da nota explicativa nº 9.

e) Intangível

Representa o custo de aquisição e desenvolvimento de softwares, deduzido das amortizações que são calculadas pelo método linear à taxa de 20% a.a.

f) Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. Com referência às provisões técnicas a Companhia aplicou as normas previstas na Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015 e na circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas alterações posteriores.

▪ Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)

Calculada “pro-rata” dia com base nos prêmios emitidos e prêmios de resseguro e tem por objetivo provisionar a parcela de prêmios correspondente ao período a decorrer na data-base de cálculo. Quando aplicável, é constituída, também, para riscos vigentes e não emitidos. Não houve contabilização para esta provisão na controladora e na controlada que se encontra em liquidação voluntária.

▪ Provisão Complementar de Cobertura

Esta provisão deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado semestralmente no Teste de Adequação de Passivos (TAP), relacionada à PPNG (registrados e não registrados), a qual não é cumulativa. Em 31 de março de 2021 permaneceu o valor apurado em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 2.755 classificado no passivo não circulante correspondente a prêmios futuros (R\$ 2.755, em 31/12/2020), conforme consta na nota explicativa nº 20 b.

Notas Explicativas

A Companhia fez reforço destes valores nos ativos garantidores para dar cobertura às provisões técnicas.

- **Provisão de sinistros a liquidar (PSL)**

Provisão constituída mensalmente com base na estimativa dos valores a indenizar ao segurado e para as operações de cosseguros aceitos, acrescida de encargos financeiros, realizada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, em valor considerado suficiente para fazer face aos compromissos futuros, líquida da responsabilidade do cossegurador e bruta de resseguros.

Para os sinistros em litígio, a Companhia classifica as provisões no circulante e não circulante em função do tempo de expectativa de liquidação da obrigação. A parcela referente às operações de retrocessões toma como base as informações recebidas do IRB-Brasil Resseguros S.A.

- **Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER)**

Trata-se de uma parcela específica da provisão de sinistros a liquidar (PSL) com o objetivo de ajustar, agregadamente, os valores de sinistros avisados e não pagos. Esta provisão é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, descritas em nota técnica atuarial, e com base no desenvolvimento histórico dos sinistros, também líquida da responsabilidade do cossegurador e bruta de resseguros. Em 31 de março de 2021, permaneceu o mesmo valor apurado no montante de R\$ 220 (R\$ 220, em 31/12/2020), conforme teste de adequação de passivos (TAP).

- **Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)**

Constituída mensalmente para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros ocorridos e não avisados nas esferas administrativas e judiciais, incluindo as parcelas de cosseguros aceitos, segundo nota técnica atuarial, líquida da responsabilidade do cossegurador e bruta de resseguro, não sendo expressiva a contabilização das variações verificadas no período.

- **Provisão de despesas relacionadas (PDR)**

Constituída mensalmente para cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações, abrangendo tanto as despesas individuais para cada sinistro, quanto às despesas relacionadas aos sinistros de forma agrupada, líquida de cosseguros cedidos e bruta de resseguros.

- **Teste de adequação de passivos (TAP)**

O Pronunciamento CPC 11- Contratos de Seguros requer que as seguradoras e operadoras emitentes de contratos classificados como contratos de seguro analisem a adequação dos passivos, constituídos pelas provisões técnicas, registrados em cada semestre, através de um teste de adequação de passivos (TAP), observando-se as regras definidas e procedimentos para sua realização, conforme normas do órgão regulador.

Notas Explicativas

Este teste deve avaliar as obrigações decorrentes dos contratos e certificados dos planos de seguro, a ser elaborado utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas.

As estimativas correntes dos fluxos de caixa, dessas obrigações, deverão considerar todos os riscos assumidos até a data-base do teste, sendo brutas de resseguro para as sociedades seguradoras, descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de riscos definidas pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais), conforme determinação da SUSEP, e comparadas com as provisões técnicas constituídas em junho e dezembro de cada ano.

Se o resultado do teste de adequação de passivo relativo a prêmios registrados/não registrados indicar insuficiência, já deduzida a parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor do registro contábil na data-base dos títulos “mantidos até o vencimento” em garantia das provisões técnicas, a Companhia deverá reconhecê-la na provisão complementar de cobertura (PCC); se o resultado do teste relativo às demais provisões técnicas (PSL, PDR, IBNR) indicar insuficiência, a Companhia deverá reconhecê-la na própria provisão técnica deficitária e ajustar a sua metodologia e recalcular o teste de adequação.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia efetuou o “teste de adequação de passivos (TAP)”, concluindo pela contabilização da reversão parcial da provisão complementar de cobertura para os prêmios futuros não registrados de curto e longo prazos para o ramo Vida em Grupo (0993) no valor R\$ 321. Para a provisão técnica de sinistros a liquidar (PSL), a Companhia fez um ajuste na própria provisão, através da reversão de IBNER (sinistros ocorridos e não suficientemente avisados) no valor de R\$ 661 para os ramos Responsabilidade Civil Geral (0351) e Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (0553).

Em 31 de março de 2021, a Companhia mantém os valores calculados em dezembro de 2020, visto que o teste é semestral, sendo a provisão complementar de cobertura (PCC) no valor de R\$ 2.755 e ajuste de IBNER no valor de R\$ 220.

▪ Provisões para tributos diferidos

As provisões para tributos diferidos são calculadas sobre os efeitos diferidos decorrentes de valores não tributáveis temporariamente. Estas provisões são constituídas sobre os ganhos não realizados na carteira de ações (circulante) e sobre a reserva de reavaliação (em 2006) de imóveis e oscilação cambial de investimento no exterior (não circulante). A composição detalhada destas provisões consta da nota explicativa nº 10.

▪ Provisões judiciais fiscais e cíveis

Os valores das provisões judiciais fiscais decorrem de questionamentos judiciais e são atualizados monetariamente, de acordo com os índices legais aplicáveis às diversas circunstâncias, cujas expectativas de êxito são avaliadas pelos assessores jurídicos: provável, possível e remota. A composição detalhada destas provisões consta na nota explicativa nº 11.

Notas Explicativas

A Companhia não praticou ajustes a valor presente sobre estas provisões por não serem aplicáveis.

g) Estimativas contábeis

A elaboração das informações intermediárias requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem cálculos para redução ao valor recuperável de contas a receber, imóveis (vidas úteis e *impairment*), provisões técnicas, fiscais e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

h) Critérios de consolidação

No processo de consolidação são eliminados os saldos de contas intercompanhias, o investimento na controlada, as receitas, as despesas e os lucros não realizados decorrentes de transações entre as Companhias consolidadas, quando aplicável.

A controlada Companhia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A. foi autorizada a funcionar em 24 de maio de 1995 pelo Poder Executivo do Uruguai no segmento de transporte, encontrando-se em processo de liquidação voluntária.

Para fins de consolidação, os ativos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos em reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do período e as contas de resultado pela média mensal da taxa de câmbio. O valor líquido das diferenças cambiais resultantes dessa conversão é contabilizado no patrimônio líquido, em linha específica.

i) Resultado por ação

A Companhia efetua o cálculo do lucro líquido por ação utilizando a média ponderada das ações em circulação (ordinárias e preferenciais) durante o período correspondente ao resultado, sendo o mesmo para o básico e o diluído.

j) Demonstração do fluxo de caixa

A referida demonstração foi elaborada pelo método indireto, baseada na permissão prevista pelo órgão regulador.

k) Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período sendo apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações intermediárias individuais e como suplemento das informações intermediárias consolidadas, pois não é uma

Notas Explicativas

demonstração prevista nem obrigatória, segundo as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS's).

A DVA foi preparada com base nas disposições contidas no Pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

4. Aplicações (consolidado)

	31/03/2021			31/12/2020		
	Custo de aquisição	Valor de mercado	%	Custo de aquisição	Valor de mercado	%
Ativo Circulante						
a) Títulos para negociação (valor justo por meio do resultado)						
Título de renda fixa						
Títulos de renda fixa - Privados	20.798	25.070	27,0	26.353	26.443	26,5
Títulos de renda fixa - Públicos (Uruguai)	6.096	10.886	11,8	5.854	10.653	10,7
	26.894	35.956	38,8	32.207	37.096	37,2
b) Títulos disponíveis para venda (valor justo por meio de outros resultados abrangentes)						
Títulos de renda variável	11.899	16.857	18,2	11.596	17.510	17,5
c) Outras aplicações (custo amortizado)						
Outras	165	176	0,2	165	176	0,2
		52.989	57,2		54.782	54,9
Ativo Não Circulante						
a) Títulos mantidos até o vencimento (valor justo por meio do resultado)						
Títulos de renda fixa - Públicos (LFT)	30.949	31.217	33,7	35.960	36.229	36,2
Títulos de renda fixa - Públicos (LTN)	2.978	2.981	3,2	2.978	3.006	3,0
Títulos de renda fixa - Públicos (NTN)	5.547	5.442	5,9	5.547	5.885	5,9
	39.474	39.640	42,8	44.485	45.120	45,1
Total de aplicações		92.629	100,0		99.902	100,0

Notas Explicativas

4.1. Movimento de aplicações (circulante e não circulante - consolidado)

	Saldos em		Resgate		Ganho	Saldos em				Ganho	Saldos em
	31/12/2019	Aplicação	(Venda)	Rendimento	(Perda)	31/12/2020	Aplicação	Resgate/Baixa	Rendimento	(Perda)	31/03/2021
Títulos de Renda Fixa - Privados	37.560	36.883	(47.393)	(607)	-	26.443	-	(1.504)	131	-	25.070
Títulos de renda fixa - Públicos	15.856	53.862	(25.758)	1.160	-	45.120	-	(5.261)	(219)	-	39.640
Títulos de Renda Fixa - Públicos - Uruguai	12.696	-	(5.459)	771	2.645	10.653	-	-	1.136	(903)	10.886
Quotas e Fundos de Investimentos (DPVAT)	74.540	-	(74.540)	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos de renda variável	20.094	8.858	(10.984)	-	(458)	17.510	302	-	-	(955)	16.857
Outros	165	-	-	11	-	176	-	-	-	-	176
Totais	160.911	99.603	(164.134)	1.335	2.187	99.902	302	(6.765)	1.048	(1.858)	92.629

4.2. Hierarquia do valor justo

A tabela a seguir apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. O valor de referência foi definido como se segue:

- **Nível 1:** títulos com cotação em mercado ativo.
- **Nível 2:** títulos não cotados nos mercados abrangidos no “Nível 1” mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável.
- **Nível 3:** títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

Notas Explicativas

	31/03/2021			31/12/2020		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Títulos para negociação (valor justo por meio do resultado)						
Títulos de renda fixa - Privados	-	25.070	-	-	26.443	-
Títulos de renda fixa - Públicos (Uruguai)	10.886	-	-	10.653	-	-
Títulos disponíveis para venda (valor justo por meio de outros resultados abrangentes)						
Títulos de renda variável	16.857	-	-	17.510	-	-
Títulos mantidos até o vencimento						
Títulos de renda fixa - Públicos (LFT)	31.217	-	-	36.229	-	-
Títulos de renda fixa - Públicos (LTN)	2.981	-	-	3.006	-	-
Títulos de renda fixa - Públicos (NTN)	5.442	-	-	5.885	-	-
Outras aplicações (custo amortizado)	-	-	176	-	-	176
Totais	67.383	25.070	176	73.283	26.443	176

5. Prêmios a receber

5.1 Movimentação dos prêmios a receber (controladora)

	Controlador	
	31/03/2021	31/12/2020
Saldo inicial	33	40
Emissão	165	691
Cobrança	(198)	(698)
Saldo final	-	33

Notas Explicativas

5.2 Posição de vincendas e vencidas (controladora)

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Prêmios a vencer	-	33
Saldo final	<u>-</u>	<u>33</u>

6. Créditos tributários (controladora)

O crédito de contribuição previdenciária refere-se a valores que incidiram sobre remunerações pagas a administradores e trabalhadores autônomos no período compreendido entre outubro de 1988 e setembro de 1991. Como o processo que questionou a cobrança foi definitivamente julgado de forma favorável à Companhia, foi requerida a habilitação do crédito correlato, que vem sendo compensado mensalmente com débitos de contribuições vincendas, restando um saldo a compensar de R\$ 1.121.

Além do referido crédito, há antecipações de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, retenções de IRPJ e saldos negativos de IRPJ e de CSLL, cujas restituições/compensações foram pleiteadas à Receita Federal do Brasil.

Abaixo estão demonstrados os valores dos créditos tributários:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante		
Retenções de imposto de renda	137	29
Créditos de contribuições previdenciárias	1.121	1.547
	<u>1.258</u>	<u>1.576</u>
Não circulante		
Saldos Negativos de IRPJ	3.916	3.901
Saldos Negativos de CSLL	134	133
	<u>4.050</u>	<u>4.034</u>
Total de créditos tributários e previdenciários	<u>5.308</u>	<u>5.610</u>

A Companhia não vem reconhecendo contabilmente os créditos tributários resultantes de bases negativas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, de prejuízos fiscais acumulados e de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais de apuração de resultados. Este procedimento decorre do fato de não haver, no momento, expectativa de base tributável futura relacionada com as suas atividades operacionais. Em 31 de março de 2021, a base de cálculo negativa da CSLL e adições temporárias montavam a R\$ 84.555 (R\$ 80.737, em 31/12/2020) e o saldo de prejuízos fiscais e adições temporárias a R\$ 88.195 (R\$ 84.376, em 31/12/2020). Aplicando-se as respectivas alíquotas sobre os referidos valores, verifica-se a existência de crédito fiscal não contabilizado em favor da Companhia, correspondente a aproximadamente R\$ 34.732 (R\$ 33.205, em 31/12/2020), cuja compensação, apesar de não estar adstrita a qualquer prazo prescricional, encontra-se limitada a 30% dos lucros tributáveis gerados anualmente.

Notas Explicativas

7. Depósitos judiciais e fiscais (controladora)

A Administração da Companhia, em conjunto com os seus consultores jurídicos, entende ser indevida a cobrança de determinados tributos, motivo pelo qual vem ingressando com ações judiciais e depositando os valores correlatos com o intuito de provocar a respectiva suspensão de exigibilidade, o mesmo ocorrendo com Taxas de Ocupação que vem sendo indevidamente cobradas pela União Federal.

Adicionalmente, a Companhia vem depositando judicialmente valores decorrentes de processos movidos por terceiros, por entender serem discutíveis as reivindicações quanto a sinistros reclamados e questões trabalhistas.

Os principais valores depositados constantes do realizável a longo prazo são:

	Controladora	
	31/03/2021	31/12/2020
Depósitos judiciais - Sinistros	3.309	3.332
Depósitos judiciais - IRB e congêneres	1.660	1.817
PIS	16.917	16.873
COFINS	58.087	57.935
Taxa de Ocupação-União	171	171
Trabalhistas	94	74
CSLL - 2011	147	147
Outros depósitos	292	52
	80.677	80.401

Os passivos tributários e de Taxa de Ocupação correspondentes aos valores depositados judicialmente, acima especificados, devidamente atualizados monetariamente, estão reconhecidos contabilmente, pelo valor do litígio, sob a rubrica “provisões judiciais” (passivo não circulante), quando aplicável, conforme resumido na nota explicativa nº 11. Para os depósitos judiciais relacionados com processos de sinistros, há passivo equivalente sob a rubrica “provisões técnicas” no passivo não circulante.

8. Investimentos (controladora)

A composição dos investimentos está representada por:

	31/03/2021	31/12/2020
Participações societárias e outros investimentos	110.377	129.953
Propriedades para investimento	16.720	16.683
	127.097	146.636

Notas Explicativas

A seguir estão demonstradas a composição e movimentação dos grupos de investimentos:

8.1. Participações societárias e outros investimentos

	Participação (%)		Capital social		Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) líquido		Valor do investimento		Equivalência patrimonial	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/03/2020
Controlada												
Companhia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A.												
16.000.000 ações ON em 2021 e 2020 - em liquidação - (A)	100,0	100,0	8.613	8.633	9.906	9.714	(123)	1.639	9.906	9.714	(123)	1.639
Coligada												
Brasilcap Capitalização S.A. - 51.292.002 ações ON em 2021 e em 2020 - (B)	15,8	15,8	231.264	231.264	417.531	539.536	48.370	37.874	66.099	85.412	7.657	5.996
Investida sob controle comum												
Companhia de Participações Aliança da Bahia - 176.200 ações ON e 590.221 ações PN em 2021 e 2020 - (C)	5,9	5,9	410.359	410.359	568.477	564.222	6.719	(6.705)	33.905	34.359	(306)	(476)
Outras participações societárias									385	386		
Redução ao valor recuperável												
Total de Participações societárias									110.295	129.871	7.228	7.159
Outros investimentos												
Incentivos fiscais									128	128		
Redução ao valor recuperável									(46)	(46)		
Total de Outros investimentos									82	82		

- (A) A Controlada está em processo de liquidação voluntária, conforme fato relevante divulgado em 25 de março de 2019.
- (B) A participação da Companhia sobre o capital votante é de 23,75% e de 15,83% do capital total. Em março de 2021, a coligada incorporou ao capital social parcela de lucros retidos no exercício de 2020, encontrando-se em fase de homologação pela SUSEP.
- (C) Em cumprimento à nova redação do artigo 248 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, esse investimento é avaliado pelo método da equivalência patrimonial por estar sob controle comum. Neste período a equivalência patrimonial foi impactada pela correção do resultado de 2020, cujo efeito foi negativo de R\$ 706.

Notas Explicativas

8.2. Propriedades para investimento

				<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
	<u>Valor de aquisição/ reavaliação</u>	<u>Redução ao valor recuperável</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Valor líquido</u>
Imóveis urbanos não destinados ao uso próprio					
Terrenos	12.006	(202)	-	11.804	11.804
Edificações e benfeitorias	8.788	(12)	(3.860)	4.916	4.879
	<u>20.794</u>	<u>(214)</u>	<u>(3.860)</u>	<u>16.720</u>	<u>16.683</u>

A Companhia vem depreciando os bens reavaliados com base na vida útil econômica remanescente estimada para cada bem, conforme laudos de avaliação (nota 3c). Em 31 de março de 2021, estão oferecidos imóveis no valor de R\$ 1.670 (R\$ 2.293, em 31/12/2020) em garantia de processos judiciais com sinistros e tributos.

A Companhia já assinou o contrato de investimento no modelo de *Built to Suit* (BTS) de que trata a retenção de lucros em dezembro de 2020, com base em orçamento de capital, já tendo iniciado a incorporação de custo com os primeiros desembolsos.

Notas Explicativas

8.3. Movimentação dos Investimentos (Controladora)

	Saldos em						Ajuste de	Equivalência	Conversão	Saldos em
	31/12/2020	Adição	Depreciação	Baixa	Transferência	Dividendos	avaliação	patrimonial	acumulada	31/03/2021
Participações Societárias										
Controlada										
Companhia de Seguros Aliança da Bahia										
Uruguay S.A.	9.714	-	-	-	-	-	-	(123)	315	9.906
Coligada/Investida sob controle comum										
Brasilcap Capitalização S.A.	85.413	-	-	-	-	-	(26.971)	7.657	-	66.099
Companhia de Participações Aliança da Bahia	34.359	-	-	-	-	-	(148)	(306)	-	33.905
Outros Investimentos										
Outras participações	531	-	-	-	-	-	-	-	-	531
(-) Redução ao valor recuperável	(146)	-	-	-	-	-	-	-	-	(146)
Ações de incentivos fiscais	128	-	-	-	-	-	-	-	-	128
(-) Redução ao valor recuperável	(46)	-	-	-	-	-	-	-	-	(46)
Propriedades para investimento										
Custo de aquisição/reavaliação	20.688	106	-	-	-	-	-	-	-	20.794
(-) Depreciação	(3.791)	-	(69)	-	-	-	-	-	-	(3.860)
(-) Redução ao valor recuperável	(214)	-	-	-	-	-	-	-	-	(214)
TOTAL	146.636	106	(69)	-	-	-	(27.119)	7.228	315	127.097

Notas Explicativas

	Saldos em 31/12/2019	Adição	Depreciação	Baixa	Transferência	Dividendos	Ajuste de avaliação patrimonial	Equivalência patrimonial	Conversão acumulada	Saldos em 31/12/2020
Participações Societárias										
Controlada										
Companhia de Seguros Aliança da Bahia										
Uruguay S.A.	11.252	-	-	-	-	(4.973)	-	1.914	1.521	9.714
Coligada/Investida sob controle comum										
Brasilcap Capitalização S.A.	76.277	-	-	-	-	(15.113)	(890)	25.139	-	85.413
Companhia de Participações Aliança da Bahia	31.623	-	-	(12)	-	(26.510)	141	29.117	-	34.359
Outros Investimentos										
Outras participações	480	55	-	(4)	-	-	-	-	-	531
(-) Redução ao valor recuperável	(146)	-	-	-	-	-	-	-	-	(146)
Ações de incentivos fiscais	128	-	-	-	-	-	-	-	-	128
(-) Redução ao valor recuperável	(46)	-	-	-	-	-	-	-	-	(46)
Propriedades para investimento										
Custo de aquisição/reavaliação	23.315	24	-	(2.891)	240	-	-	-	-	20.688
(-) Depreciação	(4.271)	-	(287)	767	-	-	-	-	-	(3.791)
(-) Redução ao valor recuperável	(214)	-	-	-	-	-	-	-	-	(214)
TOTAL	138.398	79	(287)	(2.140)	240	(46.596)	(749)	56.170	1.521	146.636

Notas Explicativas

8.4. Resumo das características dos imóveis classificados como propriedades para investimento

A Companhia mantém no seu ativo, no grupo de investimentos, imóveis que não são utilizados nas suas atividades administrativas e operacionais. Estes imóveis estão disponíveis para locação e futura venda, inclusive os que estavam em garantia das provisões técnicas até 31 de outubro de 2017, permanecendo alguns imóveis em garantia de processos relacionados com sinistros e tributos.

a) Unidades imobiliárias

O quadro abaixo demonstra a composição atual das unidades imobiliárias (classificação e quantidade).

Muitos imóveis são das décadas compreendidas entre 1930 e 1960 e outros de maior potencialidade econômica foram incorporados ao patrimônio da Companhia a partir da década de 1970.

Descrição	Locadas	Disponíveis p/Locação ou Venda	Total
Terrenos	-	12	12
Prédio residencial	-	1	1
Prédios comerciais	4	7	11
Apartamentos	4	-	4
Salas	26	31	57
Lojas	7	4	11
Casas	7	1	8
Conjuntos comerciais	6	12	18
Total	54	68	122

b) Posição de aluguéis a receber

	Controladora	
	31/03/2021	31/12/2020
A vencer	172	131
Vencidos		
30 dias	102	14
60 dias	7	23
90 dias	8	19
120 dias	4	16
150 dias	3	16
180 dias	4	15
>180 até 360 dias	118	20
>360 dias	675	658
Redução ao valor recuperável	(631)	(621)
Saldo final	364	389

Notas Explicativas

c) Reajuste médio auferido nos contratos de aluguel

Os reajustes contemplam a variação anual do IGPM-FGV/IPCA, conforme pactuado em cada contrato. Quando das renovações a Companhia adota, quando possível, o preço de mercado.

d) Eventuais riscos adicionais a que estão expostos os créditos de aluguéis a receber e os investimentos

Os créditos decorrentes de aluguéis estão sujeitos a risco de inadimplência. A Companhia adota políticas cabíveis para a cobrança dos valores vencidos, a fim de minimizar as perdas. Os créditos, cuja liquidação é duvidosa, possuem expectativas de perdas reconhecidas no resultado, cujo montante contabilizado no ativo possui o saldo de R\$ 631 (R\$ 621, em 31/12/2020).

Os investimentos em imóveis, no valor de R\$ 16.720 (R\$ 16.683, em 31/12/2020), estão acrescidos de uma avaliação a valor de mercado realizada em 2006, no montante líquido de R\$ 7.670 (R\$ 7.715, em 31/12/2020).

A maioria dos imóveis foi adquirida para cobertura das provisões técnicas e do capital, segundo as normas vigentes na época, além de constituir, também, uma garantia patrimonial. Até 31 de outubro de 2017, a Companhia utilizou o limite de 8% para cobertura das provisões técnicas, extinguindo-se esse direito a partir de 03/11/2017. Os imóveis mais antigos estão situados em área decadente, na “parte antiga” de Salvador.

Alguns deles estão alugados na expectativa de futura revitalização da área. Em se tratando de terrenos e prédios bem localizados e não alugados, a Companhia mantém gastos com vigilância, monitoramento e seguros. Portanto, não existem riscos relevantes que possam afetar o patrimônio da Companhia.

Notas Explicativas

9. Imobilizado (consolidado)

	Saldos em					Saldos em			Saldos em	Taxas anuais de
	31/12/2019	Adição	Depreciação	Baixa	Transferência	31/12/2020	Adição	Depreciação	31/03/2021	depreciação
IMÓVEIS										
Terrenos – Custo / Reavaliação										
Custo de aquisição	969	-	-	-	-	969	-	-	969	
(-) Redução ao valor recuperável	(80)	-	-	-	-	(80)	-	-	(80)	
Edificações – Custo/Reavaliação										
Custo de aquisição	5.895	183	-	-	162	6.240	-	-	6.240	Nota (A)
(-) Depreciação	(2.644)	-	(234)	-	-	(2.878)	-	(59)	(2.937)	
BENS MÓVEIS										
Informática - hardware										
Custo de aquisição	131	23	-	-	(20)	134	31	-	165	20%
Custo de aquisição - Uruguai	169	-	-	(169)	-	-	-	-	-	
(-) Depreciação	(73)	-	(23)	-	20	(76)	-	(7)	(83)	
(-) Depreciação - Uruguai	(169)	-	-	169	-	-	-	-	-	
Outros - equipamentos										
Custo de aquisição	36	-	-	-	-	36	1	-	37	10%
(-) Depreciação	(13)	-	(4)	-	-	(17)	-	(2)	(19)	
Móveis, máquinas e utensílios										
Custo de aquisição	278	-	-	(7)	-	271	14	-	285	10%
Custo de aquisição - Uruguai	12	-	-	(12)	-	-	-	-	-	
(-) Depreciação	(145)	-	(23)	7	-	(161)	-	(5)	(166)	
(-) Depreciação - Uruguai	(12)	-	-	12	-	-	-	-	-	
Veículos										
Custo de aquisição	679	-	-	(291)	-	388	-	-	388	20%
(-) Depreciação	(503)	-	(40)	291	-	(252)	-	(10)	(262)	
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES										
Custo de aquisição	599	204	-	(341)	(402)	60	-	-	60	10%
TOTAL	5.129	410	(324)	(341)	(240)	4.634	46	(83)	4.597	

Notas Explicativas

- (A) A Companhia deprecia os bens reavaliados com base na vida útil econômica remanescente estimada para cada bem, conforme laudos de avaliação (nota explicativa nº 3 d). A depreciação dos demais itens do imobilizado, avaliados ao custo de aquisição, é calculada pelo método linear, com base em taxas (demonstradas retro) que levam em consideração a estimativa da vida útil econômica remanescente dos bens. Em 31 de março de 2021, não existem imóveis de uso próprio oferecidos em garantia de processos judiciais relacionados com sinistros e tributos.
- (B) O imobilizado da controlada Companhia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A. se encontra totalmente depreciado.

10. Impostos e contribuições e tributos diferidos (controladora)

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo circulante		
Imposto de renda s/ações	868	1.035
CSLL s/ações	520	621
Imposto de renda s/imóveis- alienados	36	56
CSLL s/imóveis- alienados	34	48
Outros não diferidos, incluindo provisão IR e CSLL	323	150
	<u>1.781</u>	<u>1.910</u>
Passivo não circulante		
Imposto de renda s/imóveis - reavaliação	1.676	1.690
CSLL s/imóveis - reavaliação	1.034	1.043
Imposto de renda s/investimento exterior	888	832
CSLL s/investimento exterior	532	499
	<u>4.130</u>	<u>4.064</u>

A provisão constituída no passivo circulante refere-se substancialmente aos impostos e contribuições incidentes sobre os ajustes do valor de mercado de títulos e valores mobiliários, registrados no patrimônio líquido sob o título “ajustes de avaliação patrimonial” e ao diferimento sobre venda de imóveis.

A provisão constituída no passivo não circulante refere-se aos efeitos tributários futuros relativos à realização da reserva de reavaliação de terrenos/edificações (em 2006) e sobre oscilação cambial de investimentos no exterior, considerando a compensação de prejuízos fiscais e bases negativas da CSLL.

11. Provisões judiciais e fiscais (controladora)

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo não circulante		
PIS	16.918	16.878
COFINS	58.091	57.965
CSLL - 2011	147	147
Taxa de ocupação	171	171
Provisões Cíveis	333	324
Provisões Trabalhistas	74	74
	<u>75.734</u>	<u>75.559</u>

Notas Explicativas

As provisões cíveis acima apontadas referem-se às reclamações judiciais relacionadas a sinistros ocorridos fora da vigência das apólices, sinistros liquidados administrativamente e posteriormente reclamados na justiça, bem como sinistros envolvendo veículos não segurados.

Além destas e das provisões trabalhistas, as seguintes cobranças vêm sendo discutidas judicialmente:

- **PIS:** A cobrança da contribuição ao PIS vem sendo discutida em quatro ações. A primeira objetivou o não recolhimento do PIS nos moldes da interpretação dada pela Medida Provisória n° 517/94 à Emenda Constitucional n° 1/94, tendo já havido um desfecho desfavorável à Companhia. Como, em paralelo, correu um processo administrativo que discutiu a cobrança de parte das contribuições que foram depositadas em juízo nessa ação judicial e neste foi obtida uma decisão favorável, com o retorno do processo judicial à vara de origem, a Companhia pleiteou o levantamento de parte do montante depositado judicialmente, pedido este que ainda não foi apreciado pelo Juiz competente, sendo possível que o desfecho final venha a ser desfavorável à Companhia. Foi também impetrado Mandado de Segurança objetivando o não recolhimento do PIS, dos períodos compreendidos entre 01/01/96 e 05/06/96 e 01/07/97 e 23/02/98, em vista da não observância dos princípios da irretroatividade e anterioridade nas Emendas Constitucionais nos 10/96 e 10/97. Em 2013, foi impetrado outro Mandado de Segurança com vistas a afastar a cobrança da contribuição relativa aos meses de fevereiro e março de 1997, uma vez que, quando os valores correspondentes foram lançados pelo Fisco Federal, já teria se consumado o prazo de decadência do direito ao lançamento. Em maio de 2016, a Companhia ingressou com ação judicial para questionar a cobrança do PIS supostamente incidente sobre as receitas decorrentes da manutenção de ativos garantidores de suas reservas técnicas (receitas financeiras e de aluguéis). Os valores correspondentes foram depositados em juízo e são possíveis as chances de perda dessas três últimas questões;
- **COFINS:** A cobrança da COFINS vem sendo discutida em duas ações. Grande parte do valor está sendo discutido no bojo de um Mandado de Segurança que objetiva o reconhecimento do direito de a Companhia não proceder ao recolhimento da COFINS, uma vez que, sendo inconstitucional o alargamento da base de cálculo previsto na Lei n° 9.718/98, não é ela contribuinte da COFINS. Para uma parte do valor discutido, relativo à COFINS incidente sobre as receitas de prêmios de seguros, que foi, inclusive, depositada judicialmente, a expectativa de perda é "Possível"; já para a parcela do valor discutido relativa à COFINS incidente sobre outras receitas, tais como receitas financeiras e de aluguéis, cujos valores depositados em juízo montam aproximadamente a R\$ 17.445 (R\$ 17.358, em 31/12/2020), apesar de que já tenha havido trânsito em julgado de decisão judicial que assegurou o direito da Companhia, ao tentar proceder ao levantamento dos valores correlatos, houve resistência por parte da Fazenda Nacional, de forma que o Juízo de Primeiro Grau determinou a realização de perícia contábil, tornando, portanto, a questão controvertida, sendo "Possível" o risco de perda. O saldo remanescente está sendo discutido na mesma ação ajuizada em maio de 2016, referida no tópico acima (PIS), relativa à cobrança da COFINS supostamente incidente sobre as receitas decorrentes da manutenção de ativos garantidores de suas reservas técnicas (receitas financeiras e de aluguéis), com expectativa de perda possível;

Notas Explicativas

- **CSLL:** Mandado de Segurança preventivo com a finalidade de ver reconhecido o direito líquido e certo de não se submeter à cobrança de CSLL sobre os valores correspondentes às despesas relativas a tributos com exigibilidade suspensa. Também em relação a essa causa, a Companhia desistiu do litígio para incluir os débitos correlatos no PERT, instituído pela Medida Provisória nº 783/2017, que foi convertida na Lei nº 13.496/2017. Como houve depósito judicial do montante contabilizado, este será mantido nos registros da Companhia até que venham a ser convertido em renda da União Federal, o que já está sendo providenciado no processo correlato;

Os valores relacionados com as discussões acima reportadas, por se referirem a obrigações legais, são contabilizados independentemente da sua probabilidade de perda.

- **Outras contingências:** Além dos processos acima referidos, há também uma suposta contingência de CSLL no valor de R\$ 3.613 (R\$ 3.595 em 31/12/2020), cujas chances de perda são avaliadas como remotas pelos assessores jurídicos patrocinadores da causa.

12. Patrimônio líquido (controladora)

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, é representado por 3.840.000 ações ordinárias nominativas e 3.840.000 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal.

De acordo com o estatuto social, as ações preferenciais não possuem direito de voto e gozam do direito à distribuição de um dividendo 10% (dez por cento) superior àquele atribuído às ações ordinárias.

b) Reserva de reavaliação

▪ Ativos próprios

Corresponde a reavaliação de imóveis anterior à Lei nº 11.638/2007, aprovada pela SUSEP, contabilizada pelo valor líquido dos efeitos tributários sobre a parcela não realizada de terrenos e edificações, tendo a Companhia optado por não estorná-la, consoante faculdade prevista na referida Lei.

A realização desta reserva, decorrente da depreciação, baixa ou alienação dos bens reavaliados, é registrada na conta de lucros acumulados, líquida dos efeitos tributários, cujo valor integra a base de cálculo do dividendo.

▪ Ativos de investida sob controle comum

Reflexo da reavaliação de ativos da investida Companhia de Participações Aliança da Bahia, de acordo com o percentual de participação do investimento avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

Notas Explicativas

c) Reserva legal

Constituída no final do exercício à razão de 5% do lucro líquido até o limite de 20% do capital social, consoante disposições legais e estatutárias. A Companhia suspendeu a constituição por ter atingido o referido limite.

d) Outras reservas de lucros

Refere-se à parcela de retenção de lucros, conforme proposta de orçamento de capital, dos exercícios de 2019 e 2020, aprovada pelas AGO de 31 de março de 2020 e 30 de março de 2021, respectivamente.

e) Reserva de lucros a realizar

Montante de equivalência patrimonial não realizada financeiramente, sendo R\$ 15.397 da Brasilcap Capitalização S.A. e R\$ 4.646 da Companhia de Participações Aliança da Bahia, referente ao exercício de 2020.

f) Ajustes de avaliação patrimonial (Outros resultados abrangentes)

Referem-se à diferença entre o valor de mercado e o custo de aquisição de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda da Companhia e das investidas Companhia de Participações Aliança da Bahia e Brasilcap Capitalização S.A. A realização deste saldo ocorrerá através da sua transferência ao resultado, à medida que ocorrer a venda dos títulos, líquida dos efeitos tributários. Inclui, também, ajustes acumulados de conversão de investimento societário no exterior, a serem realizados quando da transferência dos recursos para Companhia.

g) Dividendos

Conforme disposição estatutária é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado consoante legislação em vigor, com acréscimo de 10% para as ações preferenciais em observância à Lei nº 9.457/97, provisionado no final do exercício. O dividendo adicional proposto acima do mínimo é segregado como dividendo adicional no patrimônio líquido, a ser submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

Juntamente com o dividendo sobre o lucro líquido do exercício de 2019, foi aprovada pela AGO de 31 de março de 2020 a distribuição de lucros retidos nos exercícios de 2014 e 2015, cujo total foi dividido em duas parcelas, já liquidadas.

Em 30 de março de 2021, foi aprovada pela AGO a distribuição de dividendos no valor de R\$ 15.000, referente ao exercício de 2020, cujo montante foi pago em 20 de abril de 2021.

Notas Explicativas

13. Instrumentos financeiros (controladora)

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de administrar as disponibilidades financeiras de suas operações.

A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada através de mecanismos do mercado financeiro que minimizam a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo seu patrimônio. O valor contábil dos instrumentos financeiros referentes aos ativos da Companhia em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 equivale ao seu valor de mercado, considerando-se taxa de juros correntes para operações similares e de vencimentos comparáveis.

A Companhia considera que não existem riscos inerentes relevantes em relação a: (1) créditos, uma vez que os mesmos estão associados a operações canceláveis, caso não sejam liquidados nos termos contratados; e (2) risco de perdas com sinistros ocorridos, visto que os valores segurados estão sempre dentro dos limites operacionais determinados pelas normas da SUSEP. Quanto à carteira de ações, a Companhia registrou perdas não realizadas durante o exercício, reconhecidas no patrimônio líquido na rubrica “ajuste de avaliação patrimonial”, devido aos efeitos da COVID 19, cujos reflexos não prejudicaram a cobertura das provisões técnicas.

A Companhia não opera com instrumentos derivativos, não existindo saldos desta natureza em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020.

14. Gerenciamento de riscos

Os principais riscos aos quais a Companhia está exposta, podendo afetar suas finalidades de estratégia e planos financeiros, são:

- Risco de subscrição;
- Risco de mercado;
- Risco de crédito; e
- Risco operacional.

Gestão de risco de subscrição

Atualmente a Companhia está operando somente nos ramos de vida em grupo, acidentes pessoais coletivo, tendo participado do Consórcio DPVAT até 31 de dezembro de 2020, buscando um nível de receita com seguros adequado diante dos riscos assumidos.

Em que pese a Companhia não estar operando em todos os ramos, trabalha na escolha de seus limites de retenção de acordo com critérios técnicos, através de seu setor especializado, visando o equilíbrio de suas operações em qualquer momento, quando do repasse ao ressegurador.

Gestão de risco de mercado

A Companhia aplica seus recursos financeiros no mercado brasileiro, o qual pode ser mensurado com confiabilidade, para que se obtenha segurança e liquidez para honrar suas obrigações futuras, adotando uma política prudente no portfólio de suas aplicações.

Notas Explicativas

A Companhia seleciona as instituições financeiras para aplicação de seus recursos, através de assessoria de investimentos. Os principais ativos financeiros estão representados por títulos públicos (LTN, LFT e NTN) e por ações no mercado mobiliário, em empresas de primeira linha, com alta liquidez e segurança, incluindo fundos de índices e outros títulos de renda fixa privados os quais não são considerados instrumentos financeiros derivativos. Todo o planejamento tem por objetivo a garantia do capital, a boa remuneração, a cobertura das provisões técnicas e margem de solvência (nota explicativa nº 15).

Diante disto, a Companhia está exposta a riscos financeiros ligados à sua carteira de aplicações. Para a mitigação desses riscos, a Companhia possui estratégia conservadora de alocação de ativos, composta em sua maioria por empresas de primeira linha, com o objetivo de evitar que perdas oriundas de flutuações de preços, taxas e índices impactem materialmente o seu patrimônio líquido. Além disto, a Companhia se utiliza de critérios técnicos relativos à gestão de ativos e passivos que levam em consideração a estrutura e classes dos passivos, requerimentos regulatórios no Brasil e o ambiente econômico onde os negócios são conduzidos e os ativos financeiros são investidos.

Os principais riscos a serem identificados na gestão financeira são:

- Possibilidade de perda em decorrência de oscilações nos preços e taxas nos mercados financeiros;
- Variação desfavorável de retorno financeiro, devido à volatilidade a que está sujeita a sua carteira de ações.

Gestão de risco de crédito

O principal crédito está relacionado com o IRB-Brasil Resseguros S/A. referente a sua participação em sinistros e Caixa Econômica Federal - SFH. A Companhia reconhece a perda esperada em todas as contas a receber, quando aplicável.

Gestão de risco operacional

Como possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos de pessoas e sistemas, o gerenciamento de risco operacional da Companhia tem vínculo com as observações confiáveis reportadas pela auditoria interna, sobre os itens abaixo:

- Bons controles internos;
- Infraestrutura tecnológica e segurança
- Softwares atualizados; e
- Revisões em geral das políticas internas e regulamentos.

Notas Explicativas

15. Garantias obrigatórias das provisões técnicas de seguros (controladora)

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisão de sinistros a liquidar	92.739	92.597
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	2.245	2.279
Provisão de despesas relacionadas (PDR)	3.651	3.586
Provisão Complementar de Cobertura (PCC)	2.755	2.755
	<u>101.390</u>	<u>101.217</u>
(-) Depósitos judiciais-Sinistros	(3.309)	(3.332)
(-) Provisões técnicas - Ressegurador	(66.013)	(65.500)
	<u>(69.322)</u>	<u>(68.832)</u>
Valor a Garantir	<u>32.068</u>	<u>32.385</u>
Bens Garantidores		
CDB	4.757	4.734
Debêntures	7.000	5.000
Ações negociáveis em Bolsa de Valores	6.495	6.891
LTN, LFT e NTN	11.500	15.000
BOVA 11	5.365	7.934
	<u>35.117</u>	<u>39.559</u>

16. Remuneração a administradores

A remuneração a administradores inclui os honorários do conselho de administração e diretoria, cujo montante no período foi R\$ 488 (R\$ 468, em 2020).

A Companhia não efetuou qualquer remuneração a colaboradores ou a pessoas chave da Administração com base em ações.

17. Cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social (controladora)

Base de Cálculo	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Lucro antes dos tributos	3.466	2.545
Ajustes para cálculo da tributação:		
Adições	468	2.235
Exclusões	(7.386)	(6.123)
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	(3.452)	(1.343)
Compensação de exercícios anteriores - 30%	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	(3.452)	(1.343)
IR devido	-	-
CSLL devida	-	-

Os valores referentes ao Imposto de Renda e à Contribuição Social, constantes da demonstração do resultado de 2021 e 2020, estão influenciados dos efeitos tributários sobre a realização da reserva de reavaliação e realização do diferimento sobre venda de imóveis.

Notas Explicativas

18. Seguros

A Companhia adota política de manutenção de seguros dos seus bens em níveis adequados para os riscos envolvidos e para cobertura de riscos inerentes aos diretores.

A análise das premissas de riscos adotadas pela Companhia, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de informações intermediárias, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

19. Principais segmentos de operações de seguros - consolidado em 2020 (com os efeitos de resseguro)

Ramos	Prêmios Ganhos		Sinistros		Comissões incorridas	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Acidentes Pessoais	1	1	6	(12)	-	-
Vida em Grupo	164	173	(232)	(254)	9	10
Outros ("run-off")	-	-	(949)	30	-	-
Subtotal	165	174	(1.175)	(236)	9	10
Transporte - Uruguai	-	-	-	-	-	(2)
Total	165	174	(1.175)	(236)	9	8

Notas Explicativas**20. Movimentação das principais contas operacionais vinculadas às provisões técnicas (controladora e consolidado)**

a) Provisão de prêmios não ganhos

	31/03/2021	31/12/2020
	PPNG - seguros - Uruguai	
Saldos balanço anterior	-	334
(Reversão)	-	(334)
Total de PPNG	-	-

b) Provisão de sinistros a liquidar

	31/03/2021	31/12/2020
	Seguros	
Saldos balanço anterior	74.365	97.513
Constituição (reversão) e encargos	424	(5.713)
Baixa Consórcio DPVAT	-	(7.396)
Liquidação	(868)	(10.039)
Saldos balanço atual	73.921	74.365
	Cosseguros aceitos	
Saldos balanço anterior	19.018	23.728
Constituição (reversão) e encargos	632	(4.238)
Liquidação	-	(472)
Saldos balanço atual	19.650	19.018
	Recuperações de cosseguros cedidos	
Saldos balanço anterior	(1.816)	(4.881)
Constituição (reversão) e encargos	(48)	2.767
Liquidação	-	298
Saldos balanço atual	(1.864)	(1.816)
	Retrocessões	
Saldos balanço anterior	1.030	766
Constituição e encargos	2	264
Saldos balanço atual	1.032	1.030
Total de sinistros a liquidar	92.739	92.597

c) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados

	31/03/2021	31/12/2020
Saldos balanço anterior	2.279	68.427
(Reversão) constituição e encargos	(34)	133
Baixa Consórcio DPVAT	-	(66.281)
Saldos balanço atual	2.245	2.279

Notas Explicativas**d) Provisão de despesas relacionadas**

	31/03/2021	31/12/2020
	Seguros	
Saldos balanço anterior	3.418	4.445
Constituição (reversão) e encargos	79	(796)
Liquidação	(13)	(231)
Saldos balanço atual	3.484	3.418
	Cosseguros aceitos	
Saldos balanço anterior	168	291
Reversão e encargos	(1)	(81)
Liquidação	-	(42)
Saldos balanço atual	167	168
Total de despesas relacionadas	3.651	3.586
Provisão Complementar de prêmios	2.755	2.755
Total das Provisões	101.390	101.217

e) Ativos de resseguro - provisões técnicas

	31/03/2021	31/12/2019
	Recuperação de Resseguros cedidos - seguros (PSL)	
Saldos balanço anterior	48.395	55.880
Constituição (reversão) e encargos	154	(2.010)
Liquidação	(360)	(5.475)
Saldos balanço atual	48.189	48.395
	Recuperação de Resseguros cedidos - cosseguros aceitos (PSL)	
Saldos balanço anterior	14.068	17.279
Constituição (reversão) e encargos	675	(3.075)
Liquidação	-	(136)
Saldos balanço atual	14.743	14.068
	Recuperação de Resseguros cedidos - seguros - (PDR)	
Saldos balanço anterior	1.782	1.896
Constituição e encargos	46	58
Liquidação	(6)	(172)
Saldos balanço atual	1.822	1.782
	Recuperação de Resseguros cedidos - cosseguros aceitos (PDR)	
Saldos balanço anterior	101	192
Constituição (reversão) e encargos	4	(59)
Liquidação	-	(32)
Saldos balanço atual	105	101
Outros ativos de resseguros - provisões técnicas	1.154	1.154
Total de ativos de resseguros - provisões técnicas	66.013	65.500

Notas Explicativas**21. Detalhamento de rubricas da demonstração de resultado**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
a) Prêmios ganhos				
Prêmios diretos	165	174	165	174
Total de prêmios de seguros ganhos	165	174	165	174
b) Sinistros ocorridos				
Indenizações avisadas	1.142	3.513	1.142	3.513
Despesas com sinistros	-	68	-	68
Recuperação de sinistros -congêneres	12	(1.680)	12	(1.680)
Salvados e ressarcimentos	629	-	629	-
Varição da provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	30	(31)	30	(31)
Total de sinistros ocorridos	1.813	1.870	1.813	1.870
c) Custos de aquisição				
Seguros				
Comissões	(9)	(10)	(9)	(8)
Total de custo de aquisição	(9)	(10)	(9)	(8)
d) Outras receitas e despesas operacionais				
Outras receitas de seguros				
Recepção e regulação - DPVAT	493	495	493	495
Outras receitas - DPVAT	-	147	-	147
Outras receitas	6	317	6	317
Total de outras receitas de seguros	499	959	499	959
Outras despesas de seguros				
Despesas com cobrança	(19)	(20)	(19)	(20)
Reversão (constituição) do valor recuperável de créditos	(130)	78	(130)	78
Outras despesas	(163)	(204)	(163)	(204)
Total de outras despesas de seguros	(312)	(146)	(312)	(146)
Total de outras receitas e despesas operacionais	187	813	187	813
e) Receitas com Resseguros				
Recuperação de Indenização e despesas de sinistros	(638)	(1.634)	(638)	(1.634)
Subtotal	(638)	(1.634)	(638)	(1.634)
Total do resultado com resseguros	(638)	(1.634)	(638)	(1.634)

Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
f) Despesas administrativas				
Despesas com administração	(537)	(517)	(537)	(517)
Pessoal próprio	(708)	(1.066)	(708)	(1.066)
Encargos sociais	(352)	(891)	(352)	(891)
Assistência social	(481)	(639)	(481)	(639)
Serviços de terceiros	(644)	(242)	(644)	(241)
Localização e manutenção	(518)	(583)	(518)	(583)
Expediente	(20)	(23)	(20)	(23)
Comunicação	(36)	(52)	(36)	(52)
Utilização de equipamentos	(122)	(140)	(122)	(140)
Utilização de veículos e locomoção	(36)	(77)	(36)	(77)
Participações nos lucros - empregados (reversão)	27	448	27	448
Outras	(558)	(761)	(558)	(761)
Total das despesas administrativas	(3.985)	(4.543)	(3.985)	(4.542)
g) Despesas com tributos				
COFINS e PIS	(22)	(55)	(22)	(55)
Outros tributos	(124)	(191)	(190)	(269)
Total das despesas com tributos	(146)	(246)	(212)	(324)
h) Resultado financeiro				
Receitas financeiras				
Receitas com aplicações	217	652	801	3.048
Receitas com créditos tributários - atualização	175	365	175	365
Outras	-	31	-	31
Subtotal	392	1.048	976	3.444
Despesas financeiras				
Perdas com aplicações	(223)	(725)	(223)	(725)
Despesas financeiras com operações de seguros	(735)	(736)	(735)	(736)
Despesas com tributos - atualização	(157)	(326)	(157)	(326)
Outras	(85)	(110)	(726)	(792)
Subtotal	(1.200)	(1.897)	(1.841)	(2.579)
Total do resultado financeiro	(808)	(849)	(865)	865
i) Resultado patrimonial				
Receitas patrimoniais				
Receitas com imóveis de renda	276	331	276	331
Resultado de equivalência patrimonial	7.228	7.159	7.351	5.520
Outros investimentos	-	73	-	73
Subtotal	7.504	7.563	7.627	5.924
Despesas patrimoniais				
Despesas com imóveis destinados à renda ou venda	(617)	(593)	(617)	(593)
Subtotal	(617)	(593)	(617)	(593)
Total do resultado patrimonial	6.887	6.970	7.010	5.331

Notas Explicativas

22. Partes relacionadas

		Ativo		Passivo		Receitas	
		31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/03/2020
Companhia de Participações Aliança da Bahia (a)	Investida sob controle comum	7	7	-	-	22	21
Companhia de Participações Aliança da Bahia (b)	Acionista	-	-	218	363	-	-
		<u>7</u>	<u>7</u>	<u>218</u>	<u>363</u>	<u>22</u>	<u>21</u>

- (a) Contrato de aluguel da sede da investida, sendo apresentado no Ativo o saldo a receber em 31/03/2021 de R\$ 7 (R\$ 7, em 31/12/2020) e na Receita o reconhecimento da receita de aluguel do período;
- (b) Dividendos aprovados na AGO de 30 março de 2021.

As informações relativas aos saldos de investimentos e ao montante de equivalência patrimonial correspondentes às participações societárias na Companhia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A., Brasilcap Capitalização S.A. e Companhia de Participações Aliança da Bahia estão apresentadas na nota explicativa 8.1.

23. Demonstração do patrimônio líquido ajustado - PLA

	31/03/2021	31/12/2020
Patrimônio líquido	173.682	198.916
Participação em sociedades financeiras e não financeiras	(110.295)	(129.871)
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	(1.268)	(57)
Ativos Intangíveis	(424)	-
Créditos de alienação de ativos	(450)	(600)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	<u>61.245</u>	<u>68.388</u>

Notas Explicativas

24. Capital mínimo requerido

A Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, a Resolução CNSP nº388, de 08 de setembro de 2020 e a Resolução CNSP nº 389, de 08 de setembro de 2020 que altera a Resolução CNSP nº 321, dispõem sobre as regras de definição para o cálculo de capital mínimo requerido para autorização e funcionamento e sobre o plano de regularização de solvência das sociedades supervisionadas assim discriminadas:

- **O Capital base:** objetivando a aplicação proporcional da regulação prudencial e conforme redação da Resolução do CNSP nº 388/2020 a Susep, a partir de janeiro/2021, enquadrando a Companhia no segmento S3 que em complemento à redação da Resolução 389/2020 definiu nova parcela fixa e novas parcelas variáveis para o capital base. Assim, o novo capital base de R\$ 8.100.000,00 é o montante fixo de capital que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, conforme disposto no anexo XXIII da citada Resolução CNSP 321/2015;
- **O Capital de risco: (CR)** montante variável de capital que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para garantir os riscos inerentes à operação, conforme disposto no anexo XXVI da referida Resolução, envolvendo riscos de subscrição, de crédito, operacional e de mercado.
 - ✓ O risco de subscrição considera a possibilidade de ocorrência de perdas associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para calcular prêmios e provisões técnicas, decorrentes das operações da seguradora. A Companhia adota o modelo padrão regulatório para o cálculo do risco de subscrição;
 - ✓ O risco de crédito considera a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte quanto às obrigações financeiras. A Companhia utiliza o cálculo padrão regulatório para o risco de crédito;
 - ✓ O risco operacional considera a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos da Companhia, incluindo-se a possibilidade de perdas decorrentes de decisão ou sentença desfavorável em processos administrativos ou judiciais. A Companhia utiliza o cálculo padrão regulatório para o risco operacional;
 - ✓ O risco de mercado representa a possibilidade de ocorrência de perdas derivadas de oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira com impacto na avaliação econômica de ativos e passivos. A Companhia utiliza o cálculo padrão regulatório para o risco de mercado.
- **Capital Mínimo Requerido (CMR):** capital total que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para operar, sendo o equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco;
- **Liquidez em relação ao CR:** situação caracterizada quando a sociedade supervisionada apresentar montante de ativos líquidos de renda fixa, em excesso à necessidade de cobertura das provisões, superior a 20% (vinte por cento) do CR, obtido ao se desconsiderar, no cálculo do capital de risco de mercado, os fluxos de operações não registradas.

Notas Explicativas

O patrimônio líquido ajustado (Resolução CNSP 321, de 15 de julho de 2015) será utilizado para a verificação de suficiência em relação ao capital mínimo requerido e para apuração do limite de retenção.

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	61.245	68.388
Capital base	8.100	15.000
Capital de Risco (CR)	8.410	12.553
Capital Mínimo Requerido (CMR)	8.410	15.000
Suficiência de Capital (PLA - CMR)	<u>52.835</u>	<u>53.388</u>

25. Ativos excedentes a necessidade de cobertura das provisões técnicas e liquidez em relação ao CR

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Necessidade de Cobertura das Provisões Técnicas	32.068	32.385
Ativos Disponíveis para Garantia		
Títulos de Renda Fixa - Privados	25.070	26.443
Títulos de Renda Fixa - Públicos	39.640	45.120
Ações	16.857	17.510
Total de Ativos	<u>81.567</u>	<u>89.073</u>
Ativos Excedentes	<u>49.499</u>	<u>56.688</u>

Ativos Líquidos de Renda Fixa

São todos os ativos de renda fixa aceitos pelo Conselho Monetário, em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas, superior a 20% do capital de risco (CR) obtido ao se desconsiderar, no cálculo do capital de risco de mercado, os fluxos de operações não registradas.

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativos líquidos - Renda Fixa	41.453	46.829
Capital de risco com operações registradas (CRmerc_R)	8.599	12.909
Liquidez em relação ao (CRmerc_R) - 20% (CRmerc_R)	1.720	2.582

Notas Explicativas

26. Desenvolvimento de sinistros

As tabelas de desenvolvimento de sinistros representam as estimativas das indenizações dos sinistros incorridos por ano, deduzidas das indenizações pagas, cujo saldo demonstra a composição das pendências de sinistros a liquidar por ano incorrido, na data das informações intermediárias. A provisão, em sua maioria em "run-off", varia conforme informações mais precisas que vão sendo obtidas, por meio extrajudiciais ou judiciais. As tabelas contemplam as operações de seguros direto e de cosseguro aceito, classificadas em sinistros administrativos e judiciais, indicando valores brutos (antes do resseguro e deduzindo congêneres) e valores líquidos de resseguros (nossa parte). Não estão incluídas as provisões de IBNER, PDR e Retrocessões.

a) Desenvolvimento de sinistros - administrativo (bruto menos congêneres): Data-base: março de 2021

TRIÂNGULO DE VALORES R\$ BRUTO DE RESSEGURO MONTANTE SINISTROS ESTIMADOS	ANO DE AVISO DO SINISTRO											
	ATE 2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
NO ANO DO AVISO	4.358	371	244	51	53	16	19	82	7	1	116	54
UM ANO APÓS O AVISO	4.487	180	103	37	42	15	17	38	118	1	116	-
DOIS ANOS APÓS O AVISO	4.743	190	107	40	45	15	17	39	123	1	-	-
TRES ANOS APÓS O AVISO	5.053	265	121	43	46	15	18	80	10	-	-	-
QUATRO ANOS APÓS O AVISO	5.348	293	129	45	48	15	19	82	-	-	-	-
CINCO ANOS APÓS O AVISO	6.370	312	213	46	49	16	19	-	-	-	-	-
SEIS ANOS APÓS O AVISO	7.174	323	222	48	52	16	-	-	-	-	-	-
SETE ANOS APÓS O AVISO	7.588	336	229	50	53	-	-	-	-	-	-	-
OITO ANOS APÓS O AVISO	8.591	347	238	51	-	-	-	-	-	-	-	-
NOVE ANOS APÓS O AVISO	8.806	362	244	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEZ ANOS APÓS O AVISO	9.196	371	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ONZE ANOS APÓS O AVISO	9.659	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESTIMATIVAS NA DATA-BASE	9.659	371	244	51	53	16	19	82	10	1	116	54
PAGAMENTOS EFETUADOS	635	-	11	-	-	13	-	-	5	-	-	8
PROVISÃO SINISTRO A LIQUIDAR	9.024	371	233	51	53	3	19	82	5	1	116	46
TOTAL PROVISÃO SINISTROS A LIQUIDAR	10.004											

Notas Explicativas

b) Desenvolvimento de sinistros - judicial (bruto menos congêneres): Data-base: março de 2021

TRIÂNGULO DE VALORES R\$ BRUTO DE RESSEGURO	ANO DE AVISO DO SINISTRO											
	ATE 2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
MONTANTE SINISTROS ESTIMADOS												
NO ANO DO AVISO	33.032	9.381	405	431	486	120	1.519	844	1.092	510	232	5
UM ANO APÓS O AVISO	44.292	4.564	131	182	246	122	815	734	909	488	232	-
DOIS ANOS APÓS O AVISO	49.370	4.632	195	221	278	130	1.126	807	1.042	510	-	-
TRES ANOS APÓS O AVISO	50.306	4.843	236	257	330	140	1.279	813	1.092	-	-	-
QUATRO ANOS APÓS O AVISO	60.937	6.991	273	300	365	149	1.455	844	-	-	-	-
CINCO ANOS APÓS O AVISO	72.117	8.020	287	337	400	171	1.522	-	-	-	-	-
SEIS ANOS APÓS O AVISO	78.457	8.653	319	372	468	170	-	-	-	-	-	-
SETE ANOS APÓS O AVISO	86.486	8.729	352	414	486	-	-	-	-	-	-	-
OITO ANOS APÓS O AVISO	93.979	9.086	390	431	-	-	-	-	-	-	-	-
NOVE ANOS APÓS O AVISO	98.094	11.039	405	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEZ ANOS APÓS O AVISO	105.812	11.207	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ONZE ANOS APÓS O AVISO	107.438	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESTIMATIVAS NA DATA-BASE	107.438	11.207	405	431	486	170	1.522	844	1.092	510	232	5
PAGAMENTOS EFETUADOS	37.539	5.213	-	-	-	99	6	-	-	-	-	-
PROVISÃO SINISTRO A LIQUIDAR	69.899	5.994	405	431	486	71	1.516	844	1.092	510	232	5
TOTAL PROVISÃO SINISTROS A LIQUIDAR	81.485											
RESUMO a e b												
PSL ADMINISTRATIVO	10.004											
PLS JUDICIAL	81.485											
IBNER	220											
PSL Retrocessões	1.030											
TOTAL (Nota 20 b)	92.739											

Notas Explicativas

c) Desenvolvimento de sinistros - administrativo: Data-base: março de 2021

TRIÂNGULO DE VALORES R\$ LÍQUIDO DE RESSEGURO	ANO DE AVISO DO SINISTRO											
	ATE 2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
MONTANTE SINISTROS ESTIMADOS												
NO ANO DO AVISO	1.366	13	58	43	29	16	9	49	6	1	116	54
UM ANO APÓS O AVISO	1.550	7	37	31	23	15	8	23	19	1	116	-
DOIS ANOS APÓS O AVISO	1.618	7	36	34	24	15	8	24	20	1	-	-
TRES ANOS APÓS O AVISO	1.735	9	43	37	25	15	9	48	8	-	-	-
QUATRO ANOS APÓS O AVISO	1.826	10	45	38	26	15	9	49	-	-	-	-
CINCO ANOS APÓS O AVISO	2.167	11	52	39	27	16	9	-	-	-	-	-
SEIS ANOS APÓS O AVISO	2.440	11	54	41	28	16	-	-	-	-	-	-
SETE ANOS APÓS O AVISO	2.485	12	55	42	29	-	-	-	-	-	-	-
OITO ANOS APÓS O AVISO	2.857	12	57	43	-	-	-	-	-	-	-	-
NOVE ANOS APÓS O AVISO	2.916	13	58	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEZ ANOS APÓS O AVISO	3.041	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ONZE ANOS APÓS O AVISO	3.158	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESTIMATIVAS NA DATA-BASE	3.158	13	58	43	29	16	9	49	8	1	116	54
PAGAMENTOS EFETUADOS	242	-	11	-	-	13	-	-	5	-	-	8
PROVISÃO SINISTRO A LIQUIDAR	2.916	13	47	43	29	3	9	49	3	1	116	46
TOTAL PROVISÃO SINISTROS A LIQUIDAR	3.275											

Notas Explicativas

d) Desenvolvimento de sinistros - judicial: Data-base: março de 2021

TRIÂNGULO DE VALORES R\$ LÍQUIDO DE RESSEGURO	ANO DE AVISO DO SINISTRO											
	ATE 2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
MONTANTE SINISTROS ESTIMADOS												
NO ANO DO AVISO	10.535	750	184	24	194	72	330	839	150	210	60	1
UM ANO APÓS O AVISO	13.414	472	46	10	107	89	156	705	132	200	60	-
DOIS ANOS APÓS O AVISO	15.189	488	74	12	123	94	246	774	145	210	-	-
TRES ANOS APÓS O AVISO	15.239	531	90	14	137	100	280	807	150	-	-	-
QUATRO ANOS APÓS O AVISO	18.152	669	104	17	152	106	319	839	-	-	-	-
CINCO ANOS APÓS O AVISO	20.980	804	131	19	166	124	333	-	-	-	-	-
SEIS ANOS APÓS O AVISO	23.693	871	145	21	187	122	-	-	-	-	-	-
SETE ANOS APÓS O AVISO	26.153	771	160	23	194	-	-	-	-	-	-	-
OITO ANOS APÓS O AVISO	28.370	813	177	24	-	-	-	-	-	-	-	-
NOVE ANOS APÓS O AVISO	29.520	941	184	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEZ ANOS APÓS O AVISO	32.316	930	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ONZE ANOS APÓS O AVISO	32.943	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESTIMATIVAS NA DATA-BASE	32.943	930	184	24	194	122	333	839	150	210	60	1
PAGAMENTOS EFETUADOS	10.142	461	-	-	-	99	6	-	-	-	-	-
PROVISÃO SINISTRO A LIQUIDAR	22.801	469	184	24	194	23	327	839	150	210	60	1
TOTAL PROVISÃO SINISTROS A LIQUIDAR	25.282											

Notas Explicativas

27. Outras informações

27.1. Novas Normas

Novas Normas e Interpretações ainda não adotadas pela Companhia e não referendadas pela SUSEP:

- **CPC 48 - Instrumentos financeiros** - O Comitê de Pronunciamentos Contábeis colocou esta norma em vigor em 01 de janeiro de 2019, mas ela ainda não foi referendada pela SUSEP, que prevê a sua adoção em conjunto com o novo CPC de Contratos de Seguros equivalente ao IFRS 17. A previsão de entrada em vigor do IFRS 17 é 01 de janeiro de 2023, conforme o *International Accounting Standard Board* - IASB. O IFRS 17 ainda não foi referendada pela SUSEP.
- **IFRS 16 - Leasing (CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil)** - Entrou em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019, mas não foi referendada pela SUSEP.
- **ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro** - Entrou em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019, mas não foi referendada pela SUSEP.

27.2. Alíquota para Contribuição Social sobre o Lucro

A partir de 1 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, a Companhia se submeterá ao aumento da alíquota de contribuição social sobre o lucro de 15% para 20%, conforme Medida Provisória nº 1034, de 1 de março de 2021.

27.3. Fato relevante - Incorporação de Ações

Em 1 de março de 2021 - A COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA. (“ALBA”) e a COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES ALIANÇA DA BAHIA (“Cia. Participações” e, em conjunto com a ALBA “Companhias”), em atenção ao disposto no parágrafo 4º do artigo 157 da Lei nº. 6.404/76 e na Instrução CVM nº 358/02, informam aos seus acionistas e ao mercado em geral que seus Conselhos de Administração deliberaram aprovar o início de negociações no sentido de promover uma reorganização visando à otimização da estrutura societária do grupo Aliança (“Reorganização”).

A Reorganização envolverá a incorporação da totalidade das ações de emissão da ALBA pela Cia Participações, nos termos do artigo 252 da Lei nº. 6.404/76, com o consequente cancelamento do registro da ALBA como companhia aberta categoria “A” perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Caso a Reorganização seja concluída, toda base acionária da ALBA migrará para a Cia Participações.

Com a Reorganização, as Companhias buscam racionalizar e unificar as atividades atualmente exercidas, auferindo os benefícios administrativos e econômicos daí resultantes, tais como a simplificação operacional e a redução de custos e gastos administrativos.

Os Conselhos de Administração autorizaram os administradores das respectivas Companhias a negociar os termos e condições para a Reorganização, incluindo a relação de substituição

Notas Explicativas

das ações de emissão da ALBA por ações de emissão da Cia. Participações, e sua conclusão dependerá das aprovações societárias e regulatórias exigidas por lei.

Uma vez concluídas as negociações, as Companhias disponibilizarão ao mercado outras informações, inclusive para os fins da Instrução CVM nº 565/15, os documentos exigidos na regulamentação aplicável.

28. Eventos subsequentes

Nos meses de abril e maio de 2021, foram alienados imóveis do grupo de investimentos no valor de R\$ 3.483 gerando um lucro R\$ 2.824 e efeito fiscal de R\$ 791.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas e Administradores da

Companhia de Seguros Aliança da Bahia S.A.

Salvador - BA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia de Seguros Aliança da Bahia ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21(R1) e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2020 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 23 de fevereiro de 2021 sem modificação e às demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado e do resultado abrangente do período de três meses e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses do trimestre findo em 31 de março de 2020 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 1º de junho de 2020, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Salvador , 17 de maio de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/F-7

José Claudio Costa

Contador CRC 1SP167720/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Companhia de Seguros Aliança da Bahia, declaram terem analisado as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas referentes ao ITR do 1º trimestre de 2021, acompanhados do Relatório de Revisão Especial, emitido em 17.05.2021, sem ressalvas, pela KPMG - Auditores Independentes, as quais representam adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia, de acordo com as práticas contábeis e legislação vigentes no Brasil.

Salvador/BA, 17 de maio de 2021

Raimundo Santos Silva

Presidente

Aldo José Ferreira Brandão

Membro Efetivo

Elias de Matos Brito

Membro Efetivo

Marcelo da Silva Pinho

Membro Efetivo

Sonia Lucia Nogueira da Silva

Membro Efetivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes da instrução nº 480/2009, a Diretoria declara que concordou com as informações intermediárias que serviam de base para a elaboração do ITR de 31 de março de 2021.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores

Em observância às disposições constantes da instrução nº 480/2009, a Diretoria declara que discutiu e reviu as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as informações intermediárias que serviram de base para elaboração do ITR de 31 de março de 2021.